

Relatório de gestão 2024

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ



Expediente

Esta publicação foi produzida pela **Diretoria de Comunicação Social da Defensoria Pública do Estado do Pará**.

Endereço:

Prédio-sede, Rua Padre Prudêncio, nº 154, 7º andar- Bairro da Campina, CEP: 66019-080, Belém-PA.

Contatos:

E-mail: dicom@defensoria.pa.def.br

Instagram: @defensoriapublicapa

Diretoria de Comunicação Social

Supervisão

Ana Carolina Lobo Correa (Diretora de Comunicação Social)

Texto

Ana Carolina Lobo Correa (Diretora de Comunicação Social)

Juliana Maués (Jornalista)

Kamilla Murakami (Jornalista)

Jessica Samylle Sousa (Assistente de comunicação)

João Sérgio Rodrigues (Estagiário de jornalismo)

Edição

Ana Carolina Lobo Correa (Diretora de Comunicação Social)

Luana Cantanhede (Coordenadora de jornalismo e redes sociais)

Diagramação e design gráfico

Hugo Sampaio (Coordenador de criação)

Gabriel Oliveira (Designer assistente)

Erick Botelho (Designer assistente)

Apoio

Carlos Daniel Moreira Silva (Estagiário de administração)

Todas as imagens utilizadas fazem parte do acervo desta Dicom.

Apresentação

O último ano foi marcado por uma mudança de gestão, com a posse da defensora pública-geral Mônica Belém. Ele também trouxe números recordes nos atendimentos e celebrou importantes momentos históricos para a Defensoria paraense, com o lançamento de livro e documentário que resgatam a trajetória de 40 anos da instituição. Em 2024, também se comemoram os vinte anos de criação de dois componentes essenciais da DPE-PA: o Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca) e o programa “Balcão de Direitos”.

Neste ano, a atuação da Defensoria foi impulsionada por desenvolvimentos institucionais que permitiram o seu crescimento tanto na Região Metropolitana de Belém, quanto no interior do estado, com investimentos em tecnologia, infraestrutura e na capacitação contínua e ampliação do corpo funcional. Foram nomeados/as novos/as defensores/as e servidores/as. Projetos institucionais obtiveram reconhecimento em premiações nacionais. Caravanas e expedições levaram acesso à Justiça à população dos quatro cantos do estado. E há uma ênfase crescente em pautas fundamentais para a garantia dos direitos das mulheres.

Todos estes desafios e conquistas foram organizados nas próximas páginas, de modo sistematizado e criterioso, para que o leitor tenha uma visão geral do que este ano representou para a DPE-PA.

Aproveite a leitura e continue acompanhando a instituição, enquanto avançamos para uma Defensoria cada vez mais forte e presente no estado do Pará.

Equipe Dicom



Mônica Palheta Furtado Belém
Defensora pública-geral do estado do Pará

Editorial

Caros/as membros/as, Caros/as servidores/as,

No dia 24 de junho de 2024, assumi a responsabilidade de ser a 4ª mulher no cargo de defensora pública-geral do Pará, ao longo de 43 anos de fundação da instituição. Essa conquista, adianto, foi possível graças ao apoio de membras e membros que depositaram em mim a confiança de administrar a nossa amada instituição, que ainda padece com tantos desafios orçamentários e estruturais, apesar dos avanços que já conquistamos.

Assim, ao abraçar essa missão desafiadora e inédita na minha carreira – com mais de 23 anos como defensora pública e uma experiência ímpar como presidente da Associação de Defensoras e Defensores do Pará (Adpep), no biênio 2018–2020 –, elenquei alguns pontos como prioritários: a humanização, a valorização de membros/as e servidores/as, a interiorização da Defensoria Pública do Pará, a ampliação dos atendimentos e a criação de políticas públicas de promoção da equidade de gênero.

Neste sentido, aproveito este espaço para destacar uma importante conquista obtida junto ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Pará: em outubro de 2024, após sugestão feita na condição de defensora-geral e presidente deste colegiado, foi aprovada a Resolução N° 394, que institui condições de trabalho especiais – por tempo determinado – para defensoras e servidoras gestantes, lactantes, mães e pais no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Além disso, como poderá ser acessado no decorrer da leitura do conteúdo disponível neste material, lançamos um manual de comunicação antissexista, realizamos concurso de remoção, celebramos os 20 anos do programa “Balcão de Direitos” e do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca), inauguramos novas sedes, empossamos novos/as defensores/as e servidores/as, promovemos novas ações itinerantes, avançamos em sustentabilidade com a construção de novas usinas fotovoltaicas e muito mais!

Ao final do ano, pela terceira vez consecutiva, realizamos o pagamento do “abono de natal” de R\$5.000,00 (cinco mil reais) no ticket de todos os membros/as e servidores/as da Defensoria Pública, após um rigoroso trabalho de gestão e planejamento.

2024 foi um ano de muitos desafios para a nossa instituição, mas graças ao empenho inarredável de membros/as, servidores/as, colaboradores/as e estagiários/as, chegamos a uma marca que outrora era inimaginável: mais de 2 milhões e 337 mil atendimentos, o que representa 28,78% da população paraense alcançada. Somente o “Balcão de Direitos”, promoveu 320 mil atendimentos em mais de 95 municípios percorridos. Muito mais do que números, isso representa milhares de vidas impactadas e histórias transformadas. Isso demonstra, também, que com um esforço coletivo podemos alcançar a sociedade mais justa e igualitária que tanto buscamos.

Estratégia, foco e trabalho integrado geram resultados, foi isso que vimos acontecer nos últimos 365 dias. Não é possível construir nada sozinho, por isso gostaria de fazer uma menção especial aos meus subdefensores públicos-gerais institucional e de gestão, Luciana Filizzola e João Paulo Lédo, respectivamente, a quem agradeço por toda contribuição e doação no comando do nosso corpo funcional, bem como em todas as demandas referentes a todos os Núcleos Regionais e Metropolitanos da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Por fim, gostaria de fazer referência a uma citação da escritora brasileira Lygia Fagundes Telles, que diz: “Já que é preciso aceitar a vida, que seja então corajosamente.” Sigamos com muita coragem, determinação e compromisso na missão de promover justiça social e climática, cidadania e educação em direitos para os mais vulnerabilizados.

Muito obrigada!



Luciana Santos Filizzola Bringel

Subdefensora pública-geral institucional do estado do Pará

Em junho de 2024, recebi com alegria o convite de integrar o corpo gestor da Defensoria Pública do Estado do Pará na condição de subdefensora pública-geral institucional e membra do Conselho Superior, após quatro anos como diretora metropolitana desta instituição.

Agora, com um novo cargo e novos desafios, assumi a responsabilidade de orientar e coordenar a atividade finalística da Defensoria. Com efeito, acredito que a atuação como subdefensora pública-geral institucional é uma oportunidade de retribuir a esta instituição, na qual tenho 17 anos de atuação, e também de contribuir de modo estratégico para o aperfeiçoamento da nossa atividade finalística, para que toda a população paraense tenha seus direitos garantidos e possa usufruir de uma vida com dignidade.

Outrossim, é relevante abordar que é palpável

o cuidado e a preocupação da gestão em montar uma equipe na qual seja respeitada a paridade de gêneros, que busca equilibrar os cargos de forma igualitária, o que certamente resulta em políticas públicas mais equitativas tanto para a carreira, quanto para todo corpo funcional e as pessoas assistidas pela nossa instituição.

Possibilitar que mais mulheres ocupem espaços de decisão é, sem dúvidas, dar um exemplo concreto de representatividade e também caminhar rumo a uma sociedade com oportunidades iguais, com os mesmos direitos e deveres.

Finalizamos um ano de muito sucesso e seguimos determinados a alçar voos cada vez maiores para a Defensoria Pública do Pará, com o intuito de fazê-la ocupar o lugar de destaque que tanto merece no sistema de Justiça por toda contribuição diária para o Estado Democrático de Direito. Contem comigo para isso.

Muito obrigada!



João Paulo Carneiro Gonçalves Lédo

Subdefensor público-geral de gestão do estado do Pará

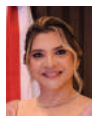
Um novo tempo, uma nova missão. Foi assim que abracei a responsabilidade de me tornar subdefensor público-geral de gestão da Defensoria Pública do Estado do Pará, ao final de quatro anos exitosos como defensor-geral desta instituição. Deste modo, utilizarei toda a experiência adquirida para ajudar na administração da máquina institucional.

Pela primeira vez, a função é dividida entre dois subdefensores, uma novidade administrativa que tem como propósito aprimorar o fluxo de atividades na gestão superior da instituição e que resulta em uma Defensoria mais eficiente e presente para a população paraense.

Como atribuição do cargo, fiquei responsável por coordenar e acompanhar a execução dos projetos institucionais, bem como as atividades administrativas da Defensoria Pública. Assumir esta responsabilidade junto à gestão da nossa Defensoria Pública é reafirmar o compromisso de levar justiça e assistência jurídica a todos os cantos do nosso estado. Com a divisão de funções, será possível acompanhar com maior eficiência o desenvolvimento e a implementação dos projetos institucionais, bem como a rotina administrativa, o que nos permitirá alcançar resultados cada vez mais significativos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Muito obrigado!

Corpo gestor da Defensoria Pública do Estado do Pará (2024–2027)



Defensora pública-geral do estado do Pará
Mônica Palheta Furtado Belém



Subdefensor público-geral de gestão do estado do Pará
João Paulo Carneiro Gonçalves Léo



Subdefensora pública-geral institucional do estado do Pará
Luciana Santos Filizzola Bringel



Corregedor-geral
Edgar Moreira Alamar



Diretora Metropolitana
Leliana Santa Brígida Soares Lima



Diretor do Interior
David Oliveira Pereira da Silva



Diretor da Escola Superior
Rodrigo Ayan da Silva



Diretor-adjunto da Escola Superior
José Adaumir Arruda da Silva



Diretor de Inovação e Transformação Tecnológica
Fábio Rangel Pereira de Souza



Diretora de Comunicação Social
Ana Carolina Lobo



Diretor Administrativo e Financeiro
Lauro José Nascimento Spinelli



Chefe de gabinete
Wellyda Carla Barcelos Dias



Ouvidor-geral
Walcicley da Silva Alcântara



Assessor especial de gabinete para assuntos administrativos e institucionais
Arnaldo Peres Júnior



Assessor especial de gabinete para assuntos jurídicos e normativos
Renan França Chermont Rodrigues

Conselho superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (2024–2027)



Defensora pública-geral do estado do Pará
Mônica Palheta Furtado Belém



Subdefensor público-geral de gestão do estado do Pará
João Paulo Carneiro Gonçalves Léo



Subdefensora pública-geral institucional do estado do Pará
Luciana Santos Filizzola Bringel



Corregedor-geral
Edgar Moreira Alamar



Ouvidor-geral
Walcicley da Silva Alcântara

Representantes da Classe Especial e Membras Titulares



Suzy Souza de Oliveira



Rossana Parente Souza

Representantes da Classe Final e Membros Titulares



Ursula Dini Mascarenhas



Arthur Correa da Silva Neto

Representantes da Classe Intermediária e Membros Titulares



Luis Marcelo Macedo de Souza



Ana Laura Macedo Sá

Representantes da Classe Inicial e Membros Titulares



Anderson Araújo de Medeiros



Fernando Savariz Ferrari

Representante da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Pará (ADPEP)



Bruno Braga Cavalcante

Coordenações de Políticas



Coordenador da Central de Políticas e coordenador de Políticas Cíveis Metropolitana
Daniel Augusto Lobo de Melo



Coordenadora de Políticas Criminais Metropolitana
Flávia Christina Maranhão Campos



Coordenador de Políticas da Infância e Juventude da Região Metropolitana
Márcio Neiva Coelho



Coordenadora de Políticas Cíveis e da Infância e Juventude do Interior
Ana Cláudia da Silva Cabral



Coordenador de Políticas Criminais do Interior
Flávio César Cancela Ferreira

Coordenação do programa "Balcão de Direitos"



Coordenador do programa "Balcão de Direitos"
Marcus Vinícius Franco

Atividade de Representação em Brasília



Anelyse Santos de Freitas

Coordenações dos Núcleos da Região Metropolitana de Belém



Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH)
Felícia Marques Fiuza Nunes



Coordenadora do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen)
Larissa Machado Silva Nogueira



Coordenadora do Núcleo de Defesa da Moradia
Luciana Albuquerque Lima



Coordenadora do Núcleo de Defesa Criminal (Nudecrim)
Danielle Santos Maués Carvalho



Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon)
Cássio Bitar Vasconcelos



Coordenador do Núcleo de Apoio à Cobrança e Execução de Verbas de Sucumbência (Nacevs) e coordenador de Ensino e Pesquisa da Escola Superior
José Adaumir Arruda da Silva



Coordenadora do Núcleo das Instituições de Ensino Superior (Nies)
Verena Maués Fidalgo Barros



Coordenadora do Núcleo da Fazenda Pública (Nfaz)
Luciana Silva Rassy Palácios



Coordenadora do Núcleo de Atendimento Especializado à Família (Naefa)
Jacqueline Bastos Loureiro



Coordenadora do Núcleo Cível
Ana Paula Pereira Marques Vieira



Coordenador do Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep)
Oduvaldo Sergio de Souza Seabra



Coordenador do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca)
Márcio Neiva Coelho



Coordenador do Núcleo Recursal
Alcides Alexandre Ferreira da Silva



Coordenador do Núcleo Metropolitano de Icoaraci
Francisco José Pinho Vieira



Coordenadora do Núcleo Metropolitano de Ananindeua

Mayana Barros Jorge João



Coordenadora dos Núcleos Metropolitanos de Marituba, Benevides, Mosqueiro e Santa Izabel do Pará

Julia Gracielle Rezende de Sousa

Coordenadores dos Núcleos Regionais



Coordenador do Núcleo Regional do Araguaia

Rogério Felipe Zacharias



Coordenador do Núcleo Regional do Baixo Amazonas

Vinicius Toledo Augusto



Coordenador do Núcleo Regional do Caeté

Guilherme Israel Koshi Silva



Coordenador do Núcleo Regional do Carajás

José Erickson Ferreira Rodrigues



Coordenadora do Núcleo Regional do Guamá

Alba Aline Mourão Gouvea



Coordenadora do Núcleo Regional do Lago Tucuruí

Marina Gomes Noronha Santos



Coordenador do Núcleo Regional do Marajó

Álex Gonçalves Barreto Baptista



Coordenador do Núcleo Regional do Rio Capim

Rodrigo Souza da Silva



Coordenador do Núcleo Regional do Tapajós

Rondinely Lourenço Santos



Coordenadora do Núcleo Regional de Parauapebas

Kelly Aparecida Soares



Coordenador do Núcleo Regional do Tocantins

Jairo Maia Junior



Coordenador do Núcleo Regional do Xingu

Victor Rafael Maltez de Lemos

Coordenadores da atividade-meio



Gerente de Gestão de Pessoas

Mariana Sthel Francisqueto



Coordenadora de Licitações, Contratos e Convênios

Tássia de Fátima do Rego Pereira



Coordenadora de Operações e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Natália Couto Dias da Silva



Coordenadora Administrativa

Erica Ribeiro de Souza



Coordenador Financeiro

João Paulo Costa dos Santos



Coordenadora do Núcleo de Controle Interno (NCI)

Ivana Crystina Matos do Nascimento



Coordenadora do Núcleo de Planejamento (Nuplan)

Norma Suely Valente Ribeiro

Sumário

Gestão

Transição e Equidade 01

Mais de 2,3 milhões de atendimentos 03

Lançamento do livro e documentário “História da Defensoria Pública do Estado do Pará: Da Luta Contra a Violência à Promoção da Cidadania” 05

Parcerias e colaborações institucionais 07

Modernização

“Selo Diamante” em transparência pública 09

“Localize uma Defensoria” 11

Investimento em tecnologia: Projeto “Sírio” 12

Expansão e valorização funcional

Inaugurações 13

Mapa de municípios com novas sedes em 2024 14

Gabinete Itinerante 15

Mais defensores para o Pará 16

Posse de 43 novos servidores 17

Servidor Sangue Verde 18

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará . 21

1º edição do Congresso Nacional da Defensoria Pública para o Meio Ambiente (Conad) 23

Corregedoria-Geral 25

Ouvidoria-Geral 26

Atuação junto aos Tribunais Superiores 27

Defensoria sustentável

Instalação de usinas fotovoltaicas fortalece compromisso da DPE-PA com o meio ambiente 29

Ecogincana e Ecocaminhada 31

Balcão de Direitos: 20 anos de promoção da cidadania e justiça aos paraenses 32

Naeca: 20 anos de vidas transformadas 38

Em defesa delas 41

Defensoria Presente 49

Casamento Comunitário 50

Conexão Defensoria 51

Projeto “Cidadania no Cárcere” 52

Projeto “Além das Grades” 53

Projeto “Meu Pai Tem Nome”	54
Projeto “Um Novo Presente é Possível”	56
Atendimento de pessoas transgêneros	57
Projeto “Enxerga-me Brasil”	59
Conflitos fudiários	60
Premiações e honrarias	
Comunicação como pilar estratégico da Defensoria Pública do Pará	
Inserção na mídia: DPE é destaque nacional no “Jornal Nacional”	69
Engajamento nas redes sociais	71
Iniciativas de destaque: “Defensoria Pai D'égua”	72
Novos quadros	73
Acessos ao site de notícias	74
Cerimonial	75

Gestão

O ano de 2024 foi de mudanças na gestão da Defensoria Pública do Estado do Pará. Após as eleições, em março de 2024, o corpo gestor da instituição passou a ser composto pela defensora pública-geral, Mônica Belém; a subdefensora pública-geral institucional, Luciana Filizzola; o subdefensor público-geral de gestão, João Paulo Lédo; o corregedor-geral, Edgar Alamar; a diretora Metropolitana, Leiliana Santa Brígida; o diretor do Interior, David Oliveira; o diretor da Escola Superior, Rodrigo Ayan; o diretor de Inovação e Transformação Tecnológica, Fábio Rangel; o diretor Administrativo e Financeiro, Lauro Spinelli; a diretora de Comunicação Social, Ana Carolina Lobo; e o ouvidor-geral, Walcircley Alcântara.

Este primeiro ano apresentou avanços concretos e um protagonismo inédito na defesa das mulheres, bem como na paridade de gênero.





Transição

A mudança na gestão da Defensoria Pública do Estado do Pará ocorreu em junho de 2024, com a posse de Mônica Belém, a quarta mulher a assumir o cargo de defensora pública-geral da instituição. Desde o início de sua gestão, uma das principais iniciativas adotadas foi a promoção da paridade de gênero entre as membras e membros, com o objetivo de assegurar que as decisões administrativas fossem tomadas com base na equidade e representatividade.

A medida está diretamente associada ao compromisso da nova gestão em

Equidade

Desde o início da nova gestão, a equidade tem sido um pilar fundamental, a fim de impactar significativamente no fortalecimento da instituição, especialmente para garantir que a população em situação de vulnerabilidade tenha acesso aos direitos fundamentais de forma equitativa. O intuito é que seja uma gestão que não apenas observa, mas prioriza a equidade em suas ações, com foco em assegurar que as diversas camadas sociais, independentemente de gênero, etnia, classe social ou orientação sexual, tenham o mesmo atendimento humanizado.

A gestão tem priorizado a promoção de um ambiente onde todo o corpo funcional, assim como os/as assistidos/as, possam se sentir igualmente respeitados/as e

implementar políticas institucionais inovadoras e inclusivas, que priorizam a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Ao longo do ano, importantes avanços foram realizados nesse sentido, com a implementação de políticas que fortaleceram a presença feminina e a equidade no âmbito da Defensoria. Além disso, a gestão de Mônica Belém se caracteriza por um foco constante na humanização dos serviços, na estruturação e valorização dos profissionais, na modernização das práticas institucionais e na busca por soluções sustentáveis para o futuro da Defensoria Pública. Esses valores, alicerces fundamentais para o início do mandato, orientam as ações e estratégias de sua gestão.

amparados/as. Isso inclui a criação de programas e políticas internas voltadas à capacitação de membros/as e servidores/as, além da implementação de ações afirmativas que assegurem uma representação mais justa e equânime da população paraense.

Uma das políticas internas implementadas pela gestão com vistas à equidade de gênero foi determinada pela Resolução nº 394 do Conselho Superior da Defensoria Pública, de outubro de 2024. Ela instituiu condições especiais de trabalho, sem prejuízo à remuneração, para defensores/as e servidores/as da DPE-PA, que se encontrem na condição de gestantes, lactantes, mães e pais na 1ª infância. A condição especial de trabalho pode ser requerida em diferentes modalidades, como regime de teletrabalho e concessão de jornada especial.

+ de 2,3 milhões de atendimentos

No ano em que completou 41 anos, a Defensoria Pública do Pará celebrou a marca de mais de 2 milhões e 327 mil atendimentos realizados em diversas regiões do vasto estado do Pará. Esse marco reflete o compromisso constante da instituição em garantir os direitos fundamentais e promover o acesso à Justiça para os cidadãos mais vulnerabilizados.

Em mais de quatro décadas de atuação, a DPE-PA se destaca pela implementação de ações de cidadania, programas inovadores e iniciativas que visam democratizar o acesso aos serviços públicos, como o programa "Balcão de Direitos" e os projetos "Enxerga-me Brasil", "Defensoria Presente" e o "Cidadania no Cárcere". Por meio de expedições itinerantes e parcerias com prefeituras, organizações sociais e outras entidades, a instituição chegou a comunidades isoladas e de difícil acesso. Em centenas de expedições e ações realizadas nos últimos anos, os profissionais "sangue verde" percorreram 100% do território paraense.

Os serviços prestados pela DPE-PA mudam vidas, garantem direitos e promovem a cidadania. Para muitos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ:

SEU DIREITO, NOSSA MISSÃO!

cidadãos, o atendimento representa não apenas a solução de um problema jurídico, mas a recuperação da dignidade e esperança. Esse foi o caso de Marconios da Silva, pessoa em situação de rua, que, após passar por diversas perdas familiares, financeiras e materiais, chegou à ação do “Defensoria Presente no Interior”, em Castanhal, sem possuir nenhum documento. Da ação, ele saiu com RG, CPF, Certidão de Nascimento e Carteira de Trabalho Digital em mãos. “Com esses documentos eu vou tentar recuperar o que eu já perdi. Perdi mãe, irmã, casa, auxílio... perdi muita coisa!”, contou, esperançoso.

Além dos atendimentos jurídicos e da emissão de documentos, a instituição também se destaca pelo trabalho educativo, ao conscientizar a população sobre seus direitos. Por meio de oficinas e palestras, diversos temas já foram esclarecidos para a população paraense, de forma a fortalecer o senso de cidadania e empoderamento das pessoas vulnerabilizadas. A instituição trabalha em várias áreas de atuação como na esfera cível, consumerista, criminal, agroambiental e fundiária, familiar, fazenda pública, infância e juventude, moradia, em defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres.



Ao alcançar essa marca histórica de 2, 3 milhões, a Defensoria Pública reafirma sua missão constitucional de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e se consolida como uma referência no acesso à Justiça para todos os paraenses.

Lançamento do **livro e documentário** "História da Defensoria Pública do Estado do Pará: Da Luta Contra a Violência À Promoção da Cidadania"



Em agosto de 2024, a Defensoria Pública do Estado do Pará realizou uma cerimônia memorável em continuidade às celebrações de seus 40 anos de fundação. O evento especial foi marcado pelo lançamento de livro e documentário comemorativos, ambos intitulados "40 anos: História da Defensoria Pública do Estado do Pará – Da luta contra a violência à promoção da cidadania". Eles apresentam um panorama detalhado da trajetória de desafios, embates e conquistas da instituição na defesa dos direitos dos cidadãos paraenses.

O documentário exibido emocionou os presentes ao retratar a história da Defensoria desde sua fundação e primeiras articulações até os mais recentes avanços no combate à precariedade e na promoção dos direitos humanos. O filme inclui relatos de defensoras e defensores públicos aposentados que representam parte da memória viva da instituição. Além disso, traz o depoimento de João Paulo Lédo, defensor público-geral de 2020 a junho de 2024, em cujo mandato tiveram início as celebrações dos 40 anos e no qual a Defensoria alcançou marca recorde em interiorização.

O livro lançado durante o evento também foi recebido com grande entusiasmo. Com relatos detalhados e documentos históricos, ele traça uma linha do tempo, trazendo tanto atuações em casos emblemáticos quanto iniciativas mais recentes voltadas à proteção dos direitos humanos e combate à violência. A obra é um registro do impacto social e jurídico da Defensoria nos cenários estadual e nacional.



O primeiro exemplar do livro foi entregue ao senador Jader Barbalho, criador da Defensoria Pública do Pará, em reconhecimento ao trabalho incansável dedicado à luta pela existência da instituição, que se transformou em uma peça fundamental do sistema de Justiça paraense. Ele também recebeu uma placa de agradecimento pelo pioneirismo.

"Eu me sinto muito feliz em ter feito parte dessa história e, hoje, estar, graças a Deus, compartilhando isso, os festejos desta história, desta instituição fundamental para a sociedade paraense e para a sociedade brasileira em nível nacional, a Defensoria Pública, e, fundamentalmente, para os mais pobres, os vulneráveis, para aqueles que efetivamente precisam", declarou o senador em entrevista.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE
E CONFIRA O FILME E LIVRO

Em seu discurso, a defensora pública-geral, Mônica Belém, reforçou o compromisso da Defensoria com a proteção aos mais vulnerabilizados. "Ao longo desses 40 anos de atuação, a Defensoria Pública do Pará se consolidou como um pilar fundamental no nosso sistema de Justiça, bem como para o estado democrático de direito. A Defensoria é, por vezes, a única esperança que muitas pessoas carregam de ter acesso à efetivação dos seus direitos", afirmou a defensora-geral, emocionada.

Parcerias e colaborações institucionais



A DPE-PA trabalha em estreita colaboração com diversas entidades públicas e privadas, além de Organizações Não Governamentais, para ampliar seu alcance e efetivar as ações em prol da população vulnerável. Essas parcerias são fundamentais para a realização de projetos conjuntos, campanhas educativas e oferta de atendimentos especializados em áreas como saúde, assistência social e direitos humanos. Em 2024, foi essencial a cooperação com organizações voltadas para o combate à violência contra a mulher, que fortalecem as ações do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen).



Convênios

Alguns dos projetos mais inovadores no âmbito da Defensoria Pública do Pará são possíveis apenas devido à colaboração com diversos órgãos, que auxiliam na captação de recursos para a ampliação do acesso à Justiça. Por meio de convênios, a Defensoria paraense consegue viabilizar, de modo mais estruturado e eficiente, iniciativas como a expedição "Marajó 360º", os projetos "Refazenda" e "Enxerga-me Brasil" e o "Centro Educativo Eles por Elas".

Em 2024, a DPE-PA trabalhou com seis convênios vigentes, sendo quatro com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e dois com o Ministério dos Direitos Humanos. Ao total, os acordos celebraram o repasse de quase quatro milhões de reais em recursos. Eles demonstram a credibilidade do trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Pará, que há mais de 40 anos atua em prol dos direitos da população mais vulnerabilizada do estado.



DPE-PA e DPE-BA firmam Termo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2024, a Defensoria Pública do Pará firmou um Termo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública da Bahia, durante Reunião Extraordinária do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), em Brasília (DF). O termo visa unir esforços voltados à revisão de precedentes defensoriais junto ao Núcleo de Precedentes Qualificados e Ações Coletivas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS).

De acordo com o documento, na primeira etapa serão selecionados os precedentes qualificados que tenham afinidade temática com a Defensoria Pública, para que possam ser analisados pelo GAETS visando uma atuação estratégica em prol dos assistidos, seja por meio da proposta de revisão, superação ou distinção de precedentes, mas também de novos temas que possam ser levados àquela corte superior. Para isso, segundo o que é previsto no texto, as Defensorias Públicas dos Estados da Bahia e do Pará devem realizar o compartilhamento de dados e documentos, bem como de apoio técnico-institucional.

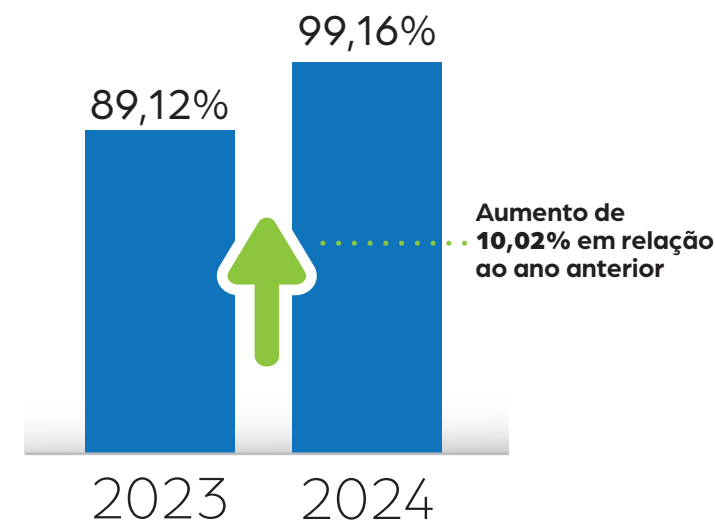
Transparência

Pela primeira vez, Defensoria do Pará conquista selo “Diamante” em transparência pública

Pela primeira vez em 41 anos de história, a Defensoria Pública do Estado do Pará conquistou o selo “Diamante” em transparência pública, a mais alta distinção concedida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O prêmio reflete o compromisso da instituição com a prestação de contas e evidencia os esforços para garantir acesso direto às informações de interesse público, além de consolidar a DPE-PA como referência em gestão transparente.

Com um índice notável de **99,16%**, a instituição se destacou como a Defensoria Pública estadual mais transparente do Brasil. O número também indica que a DPE-PA registrou um **aumento de 10,02% no quesito prestação de contas à população em relação ao ano anterior**, crescimento que a colocou em **terceiro lugar no ranking de órgãos mais transparentes do estado do Pará**.

Comparativo
percentual de
cumprimento dos
critérios de
transparência pública



Novo site da Defensoria Pública do Pará

A conquista foi impulsionada pelo lançamento, em 2024, do **novo site institucional da Defensoria paraense**. Com design moderno e funcionalidades avançadas, o portal reforça a transparência e a acessibilidade das informações. Além de reunir dados sobre a atuação da instituição, notícias e informações dos núcleos na Região Metropolitana de Belém e no interior do estado. O site inclui abas dedicadas a relatórios de produtividade e gestão. O

destaque principal é o Portal da Transparência, que oferece à população acesso direto à execução financeira e orçamentária da DPE-PA, consolidando os esforços que resultaram no reconhecimento de excelência em transparência.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E VISITE
O NOVO PORTAL DA DPE-PA



“Localize uma Defensoria”:

acesso rápido e prático
ao atendimento jurídico

A Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) lançou a ferramenta digital "Localize uma Defensoria", desenvolvida para facilitar o acesso dos assistidos às unidades de atendimento em todo o estado.

Por meio deste recurso, é possível identificar, de forma ágil, a unidade regional da Defensoria Pública mais próxima, além de obter informações detalhadas como o endereço, telefone e horário de funcionamento. A ferramenta é acessível por qualquer dispositivo com internet, o que proporciona maior eficiência e comodidade no acesso à assistência jurídica gratuita.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E CONFIRA
A FERRAMENTA



Inovação tecnológica: projeto "Sírio"

Desenvolvida pela Diretoria de Inovação e Transformação Tecnológica (Ditec), a ferramenta "Sírio" exemplifica os avanços tecnológicos aplicados em prol do atendimento eficiente, em alinhamento com os objetivos da Defensoria de ampliar o acesso à Justiça para a população mais vulnerável.

O "Sírio" é uma solução baseada em inteligência artificial e superautomação, projetada para tornar os atendimentos mais céleres e qualificados. Ele funciona como um assistente virtual, capaz de realizar atendimentos iniciais, prestar orientação jurídica sobre temas como direito do consumidor e de família, agendar atendimentos, gerar peças jurídicas e, em breve, possibilitar consultas processuais. Por meio de um ambiente seguro e acessível, a ferramenta garante que o assistido receba informações direcionadas e objetivas, o que gera

eficiência e descomplica o acesso aos serviços.

Atualmente em fase de testes na Região Metropolitana de Belém, o projeto tem potencial de expansão para atender todo o estado, incluindo áreas remotas. Essa abrangência reforça a missão da DPE-PA com a democratização da justiça e o uso responsável de tecnologias inovadoras, como a inteligência artificial em benefício da sociedade.

Em 21 de novembro de 2024, em Brasília, a ferramenta "Sírio" da DPE-PA foi premiada com o 3º lugar na categoria "Inovação Social" no Prêmio J.Ex.



Expansão e valorização funcional

Inaugurações

Com a máxima institucional “Seu direito, nossa missão”, a Defensoria Pública do Pará inaugurou, no ano de 2024, 11 sedes, que fortalecem a garantia de justiça e cidadania com dignidade, conforto e estrutura adequada para a população paraense.

Dentre as sedes inauguradas, destaca-se a de Altamira, considerada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o maior município do Brasil. As novas instalações incluem sala de espera para mais de 60 pessoas, auditório com 80 lugares, brinquedoteca, fraldário, gabinetes para atendimento, sala multidisciplinar, sala de reunião, rampas e pisos tátil. A sede contempla, também, lixeiras para coleta seletivas, o que demonstra a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Além de Altamira, foram inauguradas sedes nas cidades de Castanhal, Moju, Conceição do Araguaia, Mosqueiro, Acará, Oriximiná, Tailândia, Parauapebas, Redenção e Santa Izabel do Pará.

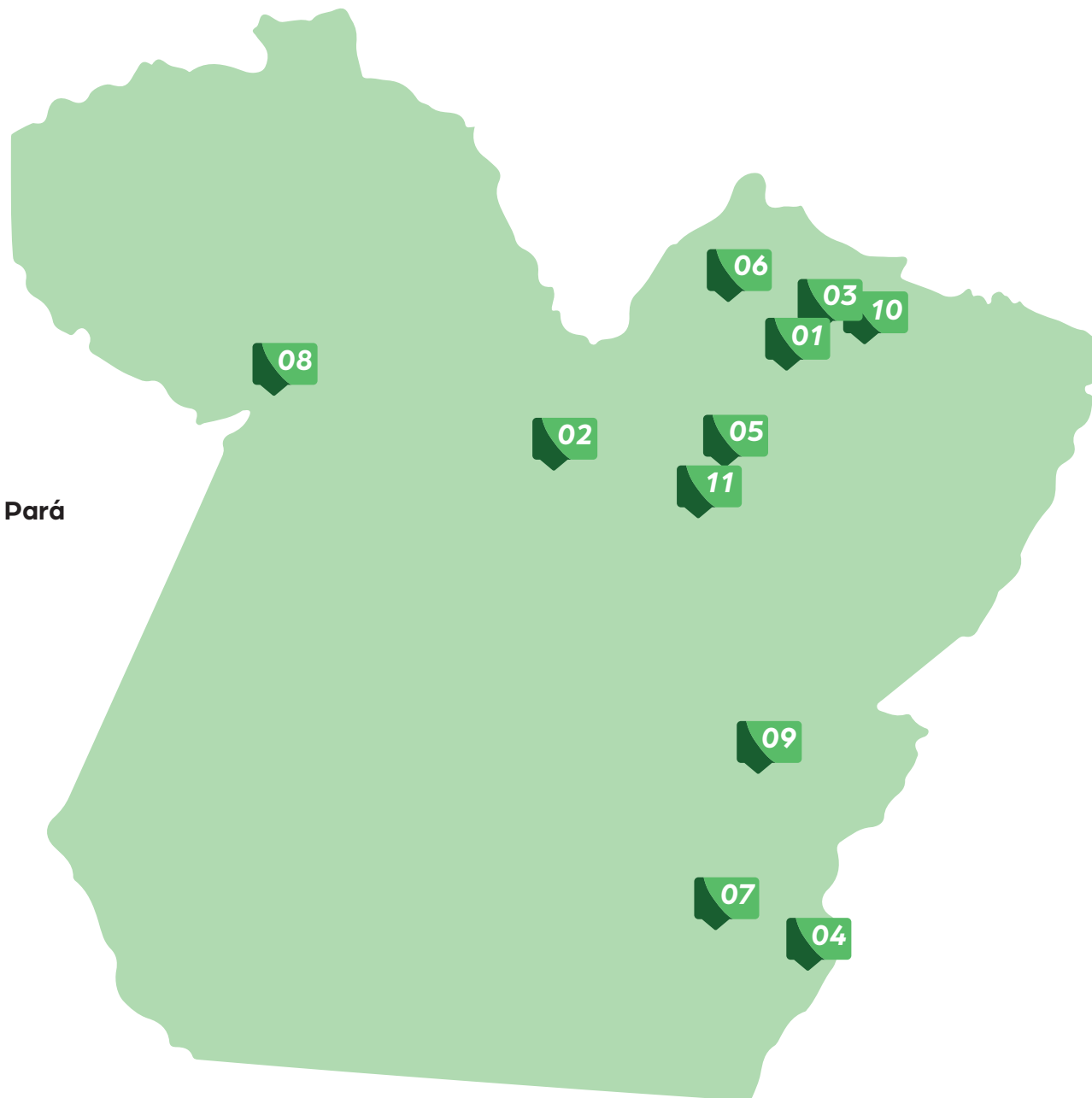


Municípios com novas sedes em 2024:

- | | |
|--------------------------|-------------------------|
| 01 Acará | 07 Redenção |
| 02 Altamira | 08 Oriximiná |
| 03 Castanhal | 09 Parauapebas |
| 04 Conceição do Araguaia | 10 Santa Izabel do Pará |
| 05 Moju | 11 Tailândia |
| 06 Mosqueiro | |



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E CONFIRA
**TODOS OS 105 MUNICÍPIOS EM QUE
VOCÊ PODE ENCONTRAR UMA
DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ**



Gabinete Itinerante

O “Gabinete Itinerante” iniciou em 2024 como meta do plano de trabalho desenvolvido pela nova gestão. O projeto fortalece a conexão entre a administração superior, as coordenações e os membros da atividade finalística da instituição, por meio de visitas periódicas do corpo gestor às unidades da Região Metropolitana e interior do Pará. A itinerância realizou seis edições e percorreu os municípios de Castanhal, Abaetetuba, Capanema, Marabá, Paragominas e Altamira.

“A iniciativa visa estabelecer um diálogo presencial com os membros e servidores de todo o Pará. Então, a nossa ideia é sentir de perto, viver de perto a realidade do nosso corpo funcional. Nas nossas visitas, nós queremos escutar, acolher todas as sugestões, as reclamações, as ideias dos colegas e servidores que se encontram nas diversas unidades do interior”, detalhou a defensora pública-geral, Mônica Belém.

Com o “Gabinete Itinerante”, a gestão está mais acessível ao aprimoramento da estrutura organizacional, o que garante um desempenho ainda mais célere nas funções defensoriais e, por consequência, a melhoria dos serviços prestados aos mais vulnerabilizados do estado do Pará.



Marabá



Capanema



Paragominas



Castanhal



Altamira



Abaetetuba



+ Defensores para o Pará

Em 2024, o estado do Pará alcançou um marco significativo na expansão do acesso à Justiça com a **posse de 23 novos defensores públicos, aprovados no "V Concurso para Defensor/a Público/a do Estado do Pará"**. A medida foi essencial na ampliação do atendimento jurídico gratuito da DPE-PA, que chegou a 105 municípios neste ano.

Diante da vasta extensão territorial do Pará, a tarefa de interiorizar os serviços exige não apenas competência técnica, mas também sensibilidade para lidar com as realidades de cada população atendida, com sua diversidade e especificidades. Assim, os novos defensores são fundamentais para assegurar que cidadãos de regiões remotas, como comunidades rurais e ribeirinhas, tenham a oportunidade de acessar a Justiça de maneira igualitária e digna.

Ao fortalecer a presença da Defensoria em todo o território paraense, a posse dos novos profissionais representa um símbolo de esperança e equidade para aqueles em situação de vulnerabilidade. Apenas nos últimos 4 anos, a Defensoria paraense expandiu sua atuação de 44 para 105 cidades, o que reflete o compromisso da instituição com a promoção da cidadania e da justiça social.



Posse de 43 novos servidores

Em 2024, a DPE-PA reforçou sua atuação com a convocação de 43 novos servidores aprovados no "II Concurso Público para a Área Meio da Defensoria Pública do Pará". As chamadas foram realizadas em três momentos: 27 profissionais convocados em maio, seis em agosto e dez em novembro.

Uma das empossadas foi Lilia Braz, a primeira médica da história da instituição que, atualmente, trabalha com a temática de "Saúde do Servidor". "Eu estou muito feliz pela nomeação e a posse é um misto

de ansiedade e felicidade. Tenho 27 anos dedicados à medicina e, todo esse tempo, foi como servidora pública e eu me orgulho muito de todos os aprendizados e por sempre buscar ser justa e fazer algo pela população. Por isso, eu acredito que foi um elo muito grande buscar fazer parte da Defensoria Pública do Estado do Pará", comemorou a médica.

O certame contou com mais de 5 mil inscritos para preencher as vagas de provimento imediato e o cadastro reserva em áreas como Administração, Analista de TI, Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Estatística, Pedagogia, Medicina, Psicologia, Serviço Social, Secretariado Executivo e Comunicação Social.

A ampliação do quadro de servidores é um marco estratégico para a instituição. A incorporação de novos profissionais possibilita não apenas a redução do tempo de resposta aos atendimentos, mas também a maior qualificação e humanização dos serviços prestados. Além disso, a presença de especialistas em diversas áreas contribui para o enfrentamento de demandas mais complexas, de forma a ampliar o alcance e a eficácia das ações institucionais.



Servidor "Sangue Verde"

Em comemoração ao "Dia do Servidor Público", celebrado em 28 de outubro, a Defensoria Pública do Pará realizou uma programação especial no Prédio-sede da instituição. O evento contou com a "Feira do Servidor Empreendedor", premiou os vencedores dos concursos "Servidor Sangue Verde" e "Ver-a-Defensoria", e teve um show cultural, voltado à valorização do corpo funcional.





Vencedores dos concursos



"Ver-a-Defensoria"

Categoria: Sangue verde

- » 1º Lugar: Lucas Carvalho Espírito Santo Silva
- » 2º Lugar: Yasmin Pamponet Sá
- » 3º Lugar: Luis Mário da Silva Marques

Categoria: Defensoria pelo Pará

- » 1º Lugar: Laise Maria Ribeiro Mesquita Santos
- » 2º Lugar: João Rafael Gonçalves e Silva
- » 3º Lugar: Igor Luis Gonçalves e Silva



"Servidor Sangue Verde"

Categoria: "Atuação de Apoio Administrativo à Atividade Finalística da Defensoria Pública"

- 1º Lugar: Laura Eloízy Oliveira Moreira
- 2º Lugar: Marcos Antônio Rabelo Barbosa
- 3º Lugar: Jane Simone Moraes de Melo Zaze

Categoria: "Atuação de Apoio Administrativo"

- 1º Lugar: Mariana Sthel Francisqueto
- 2º Lugar: Felipe Kauê Noronha Marques
- 3º Lugar: Jorgélio Ferreira Trindade

Categoria: "Atuação de Apoio Técnico à Atividade Finalística da Defensoria Pública"

- 1º Lugar: Renata de Cássia Brito Figueiredo
- 2º Lugar: Yanca de Cassia Lopes Sales
- 3º Lugar: Carla Lakiss Ignácio Reis



Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará



A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (ESDPA) desempenhou um papel fundamental na capacitação, aperfeiçoamento e gestão do corpo funcional da Defensoria em 2024. Durante o ano, foram realizados 87 eventos e capacitações, que envolveram 11.012 participantes em modalidades presenciais e remotas, com um total de 617 horas de formação e a emissão de 2.202 certificados.

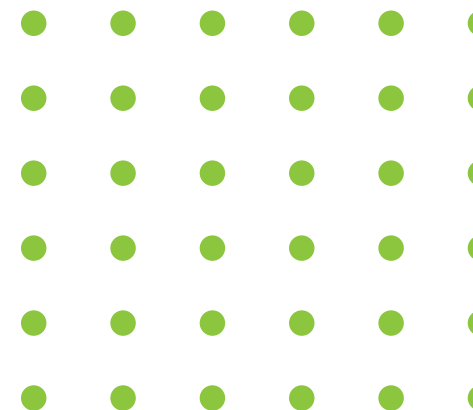
Um dos pilares das atividades da ESDPA é a organização do Curso de Formação Continuada, que atualmente conta com quatro turmas vinculadas ao V Concurso de Defensores Públicos. O curso visa garantir a formação robusta e contínua dos/as novos/as defensores/as públicos/as, que têm um papel essencial na ampliação e qualificação da atuação institucional.

Além disso, a Escola destacou-se pela gestão e realização de 13 processos seletivos para estágios em Direito e Tecnologia da Informação, abrangendo núcleos regionais e os especializados. Os principais foram o III e IV Processos Seletivos Unificados de Estágio em Direito, que somaram 3.027 inscrições e 754 aprovados. Atualmente, a DPE-PA dispõe de 625 vagas de estágio sob a gestão da ESDPA.

Valorização e Incentivo Profissional

A valorização profissional recebeu um reforço por meio do Programa de Aperfeiçoamento e Valorização (PAV) e do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional (PICP). Em 2024, o PAV concedeu 94 folgas premiais a membros/as e servidores/as pela participação em cursos de qualificação, enquanto o PICP registrou 13 solicitações para reembolso de investimentos em pós-graduações.

Parcerias estratégicas, como aquelas estabelecidas com o Jusbrasil e o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), ampliaram o acesso a recursos jurídicos de alto nível, o que beneficiou membros, servidores e estagiários. A Biblioteca Digital ProView, por sua vez, continua sendo um recurso essencial ao oferecer consulta a um vasto acervo jurídico.



Congressos e Eventos

Por fim, a ESDPA promoveu e apoiou cinco congressos ao longo de 2024, de forma a reforçar o seu compromisso com a disseminação do conhecimento e o fortalecimento do debate jurídico. Os eventos foram: I Congresso Nacional da Defensoria Pública para o Meio Ambiente; V Congresso Nacional das Defensoras Públicas e dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri; Simpósio Internacional Neoliberalismo e Alternativas; V Congresso Internacional de Direito Amazônico e XVI Congresso Mundial de Direito Agrário; e V Congresso Ítalo-Luso-Brasileiro de Direito do ISM: "O Direito de Família: perspectivas e atualidades ItaloLuso-Brasileiras".



Evento de capacitação dos coordenadores dos núcleos regionais e metropolitanos, em Belém.

Defensoria Pública do Pará realiza 1ª edição do Conad

A realização do 1º Congresso Nacional da Defensoria Pública para o Meio Ambiente (Conad) em Belém foi um marco significativo na consolidação da instituição como protagonista na proteção ambiental, especialmente na Amazônia. O evento, promovido pela Defensoria Pública do Estado do Pará, reuniu defensores públicos, autoridades e especialistas de todo o país para discutir temas urgentes relacionados à sustentabilidade, justiça social e direitos ambientais.

Durante os dois dias de programação, foram debatidas questões cruciais, como a preservação da biodiversidade, a defesa dos povos originários e a conservação dos recursos hídricos. Além disso, o congresso foi palco da assinatura do “Protocolo Verde”, que estabelece diretrizes institucionais para uma atuação mais eficaz da Defensoria nas questões socioambientais, com foco no combate à pobreza e no desenvolvimento sustentável.



O evento também teve a participação de autoridades como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ricardo Cueva; o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin; o governador do Pará, Helder Barbalho; além de pesquisadores, cientistas políticos, juristas e defensores públicos que atuam na região norte do país, o que destaca a relevância do congresso para a construção de políticas públicas que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

O encontro foi uma oportunidade ímpar para fortalecer a atuação das Defensorias Públicas na luta contra as problemáticas socioambientais, com ênfase nas especificidades da região amazônica, especialmente em um momento crucial de preparação para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30).

A DPE-PA tem o compromisso de defender o meio ambiente e promover um futuro mais sustentável. Ao reunir especialistas e autoridades de diversas áreas, o evento contribuiu para a construção de um legado significativo no campo da litigância climática e na busca por soluções justas para os desafios socioambientais da Amazônia.





Correição no Núcleo Regional do Guamá, em Castanhal

Números da Corregedoria-Geral:

1.623 
processos tramitados
com despachos

294 CERTIDÕES
foram emitidas



92 CORREIÇÕES
em todas as unidades

62 MEMBROS
da Defensoria paraense
foram **AVALIADOS**

Corregedoria-Geral

Neste ano, o defensor público Edgar Alamar foi reconduzido, por aclamação, ao cargo de corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado do Pará para o biênio 2024-2027. A solenidade aconteceu durante a 282ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria, no auditório do prédio-sede da instituição, em Belém.

A Corregedoria-Geral da DPE-PA consolidou, por mais um ano, a sua atuação como órgão estratégico para o aprimoramento da instituição. Ao todo, foram realizadas 92 correições ordinárias em todas as unidades da Defensoria, tanto no interior do estado quanto na Região Metropolitana de Belém. Esse trabalho possibilitou a interlocução direta com defensores, servidores e colaboradores, o que gerou diagnósticos precisos e recomendações que contribuíram para aperfeiçoar as atividades da gestão.

Além disso, foram emitidas 294 certidões, entre documentos relacionados ao ingresso em exercício e de natureza disciplinar.

Outro marco relevante foi a tramitação de 1.623 processos com despachos, acompanhada pela expedição de 32 pedidos de explicações e pela instauração de três sindicâncias disciplinares. A atuação extraordinária da Corregedoria também se destacou, com a realização de duas inspeções fora do cronograma regular.

No âmbito do estágio probatório, 62 membros da Defensoria Pública foram avaliados por meio de um novo formato que introduziu pastas digitalizadas no PAE (Processo Administrativo Eletrônico). Esse avanço possibilitou maior agilidade e acessibilidade aos dados pelos avaliadores, de forma a refletir o

compromisso da Corregedoria com a modernização administrativa e a sustentabilidade, ao reduzir significativamente o uso de papel.

Entre os resultados alcançados, destacam-se a digitalização e organização de documentos, a estruturação eficiente dos processos internos e a emissão de orientações claras para nortear o corpo funcional.



Ouvidoria-Geral

Em agosto de 2024, foi empossado o novo ouvidor-geral da instituição. Walcicley Alcântara substituiu Norma Miranda, que esteve à frente da Ouvidoria-Geral durante o quadriênio 2020-2024. O termo de posse foi assinado durante a 279ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública. O novo ouvidor-geral irá exercer um mandato de dois anos após ter sido indicado por 13 entidades que participaram do pleito, passar por arguição e receber 7 votos dos conselheiros da instituição.

Walcicley Alcântara é natural do Marajó, bacharel em Serviço Social e ex-conselheiro tutelar do município de Ananindeua, com atuação social voltada ao protagonismo de crianças e adolescentes. Ele também é voluntário do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8). "Vim para a Ouvidoria da DPE-PA com a missão de estreitar os laços entre a sociedade civil e a Defensoria do Pará: fazer um bom acolhimento dos nossos assistidos, neste órgão tão importante e necessário ao Direito e à democracia", pontua o ouvidor-geral.

A Ouvidoria-Geral da DPE-PA reafirmou, neste ano, o seu compromisso com a transparência, a eficiência e a humanização no atendimento à população. Entre janeiro e novembro, foram realizados 1.724 atendimentos, incluindo orientações, encaminhamentos internos e manifestações diversas, como elogios, reclamações e consultas processuais.

Por meio de eventos, audiências públicas, reuniões e palestras, a Ouvidoria alcançou 1.741 pessoas. A pesquisa de satisfação mostrou que 75% dos respondentes consideraram o atendimento bom, o que reflete o esforço contínuo para garantir celeridade e qualidade. Com um prazo médio de resposta de 10 dias, a Ouvidoria demonstrou eficiência na articulação com os núcleos metropolitanos e regionais da DPE-PA.

Números da Ouvidoria-Geral:

1.724
atendimentos
realizados



1.741 pessoas

alcançadas em eventos,
audiências públicas e
reuniões



75% de satisfação "boa"
no atendimento da Ouvidoria



Prazo médio de resposta: 10 dias

Atuação defensorial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF)

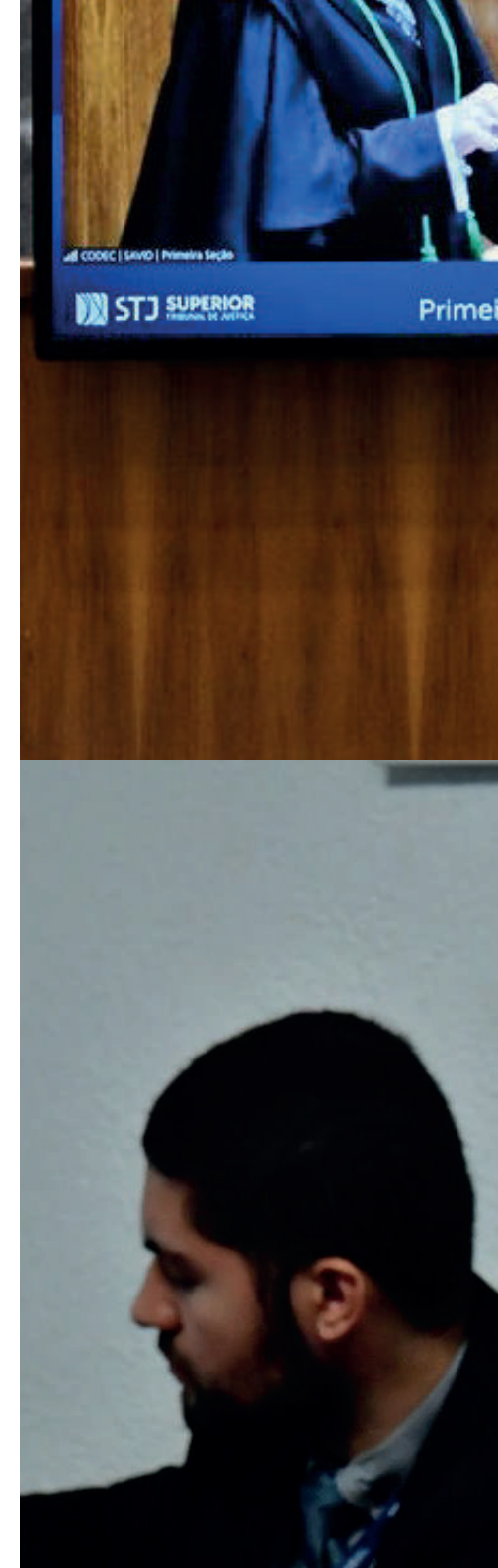
O Escritório de Representação da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) em Brasília exerce papel estratégico na ampliação do acesso à Justiça e na defesa dos direitos fundamentais. Em 2024, a unidade movimentou 1.864 casos nos Tribunais Superiores, sendo 1.017 processos ativos de assistidos da instituição, e obteve 268 decisões favoráveis, o que reforça a relevância da atuação na resolução de demandas jurídicas complexas.

Sob a coordenação da defensora pública Anelyse Freitas, o escritório atua como ponte entre as necessidades regionais e as instâncias superiores do Judiciário, e promove o reforço do protagonismo da Defensoria na proteção de populações vulneráveis. Essa atuação se manifesta em temas de alta relevância jurídica, como no julgamento do Tema 1039 no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre prescrição em contratos do Sistema Financeiro de Habitação, e do Incidente de Assunção de Competência (IAC) 16, que discutiu a regulamentação do cultivo de uma variedade da planta Cannabis sativa com baixo teor de substância psicoativa para fins medicinais no Brasil.

A DPE-PA também tem participação ativa no Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS), o que potencializa a sua presença em debates jurídicos de abrangência nacional. Com isso, o escritório contribui de forma direta em processos de grande relevância, como temas repetitivos, repercussão geral e Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI). Essa atuação não apenas amplia o alcance da instituição para além dos limites do Pará, como também fortalece a defesa de direitos fundamentais em todo o território brasileiro.

Além do âmbito processual, o escritório ampliou sua presença em outras esferas institucionais. Participações em audiências públicas no Congresso Nacional, intervenções no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e articulações com Ministérios garantiram maior alcance à atuação da DPE-PA. Essas ações priorizaram demandas estruturais, como a defesa de famílias ameaçadas por reintegrações de posse e a promoção de políticas públicas voltadas à regularização fundiária.

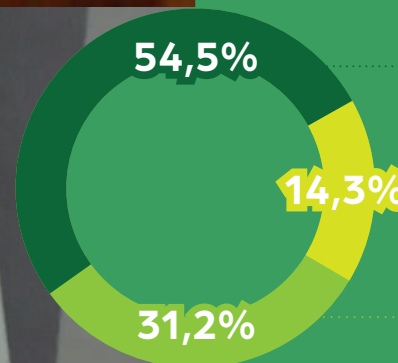
“A atuação da DPE-PA em Brasília vai além da defesa jurídica; é uma contribuição efetiva para a transformação social e a garantia de direitos fundamentais”, afirma a coordenadora do Escritório, defensora pública Anelyse Freitas. O trabalho reafirma o compromisso da instituição em conectar demandas regionais às mais altas esferas de decisão, ampliando a proteção aos mais vulnerabilizados.





Impacto da Representação da DPE-PA em Brasília no Ano de 2024

1.864 Número Total de
Processos Movimentados



1.017 processos ativos
de assistidos

268 decisões favoráveis
aos assistidos

579 outros processos
movimentados



Defensoria *Sustentável*

Instalação de usinas fotovoltaicas fortalece compromisso da DPE-PA com o meio ambiente

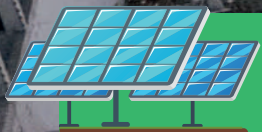
Em 2024, foi concluída a instalação de três usinas fotovoltaicas em unidades estratégicas da Defensoria do Pará, o que marca um avanço significativo no compromisso institucional com a sustentabilidade. A última a ser inaugurada foi a usina fotovoltaica na sede do Núcleo Regional do Guamá, em Castanhal, de forma a consolidar o programa "Defensoria Sustentável". As outras duas usinas, em Santa Izabel e Ananindeua, estão em operação desde o primeiro semestre de 2024, a fim de ampliar os impactos positivos da produção de energia limpa na instituição.

Com um investimento total de R\$ 375.379,60, as usinas se somam aos esforços para reduzir os custos operacionais da Defensoria enquanto promovem a responsabilidade ambiental. Cada instalação está equipada com sistemas de alta eficiência, como os 30 painéis de 570 watts da usina de Castanhal, que geram uma energia anual estimada em 27 mil kWh. O impacto ambiental também é expressivo: a iniciativa reduz as emissões de dióxido de carbono em 4,31 toneladas, o que reafirma o compromisso da DPE-PA com as metas globais de sustentabilidade e com o protagonismo que a instituição busca na construção de um futuro ambientalmente saudável.

Programa "Defensoria Sustentável"

Além de otimizar recursos, as iniciativas reforçam o papel da Defensoria como agente de transformação ambiental e social. Integrada ao programa "Defensoria Sustentável", a adoção de energias renováveis complementa outras práticas sustentáveis, como a digitalização de documentos com a implantação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), campanhas de conscientização e a adoção de materiais reutilizáveis. Com a proximidade da realização, da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em Belém, a Defensoria Pública do Pará reafirma seu compromisso com a sustentabilidade no serviço público, alinhado à missão constitucional de promoção dos direitos humanos e da cidadania.





Unidades com usinas fotovoltaicas e estimativa de geração de energia por ano:

- Ananindeua (53,40 MWh/ano)
- Castanhal (23,04 MWh/ano)
- Santa Izabel do Pará (33,36 MWh/ano)



Valor total investido: R\$ 375.379,60

A geração de 109,8 MWh/por ano nas três usinas de energia solar representa a redução de 10,98 toneladas de CO₂, o que equivale ao plantio de 549 árvores por ano.

Ecocaminhada e Ecogincana

Com o objetivo de fomentar a sustentabilidade ambiental e a cidadania, a Defensoria Pública do Estado do Pará, por meio do Núcleo Regional do Caeté, promoveu a 2ª edição da Ecogincana e da Ecocaminhada, em julho de 2024, no município de Salinópolis. As atividades mobilizaram 5 mil alunos de 15 escolas públicas locais, com foco na educação ambiental e na conscientização sobre práticas sustentáveis.

A aluna do sétimo ano da Escola Municipal Temistocles Raiol, Maria Eloa, falou sobre a importância da discussão na escola. "Reciclar é muito importante e, todo dia, ajuda um animal, uma planta e qualquer pessoa pode fazer. Eu gostei muito de participar de tudo isso", comemorou.

A Ecogincana incluiu competições educativas, rodas de conversa e dinâmicas voltadas ao consumo consciente e à preservação ambiental, a fim de reforçar valores como cidadania e responsabilidade ecológica. A Ecocaminhada encerrou a programação e contou com ampla adesão, simbolizando o engajamento coletivo em prol de um futuro mais sustentável.





NÃO
POLUA,
EVOLUA.

NA AREIA
DA PRAIA
DEIXE
APENAS

SUSTENTABILIDADE
REDUZIR
RECICLAR
REAPROVEITAR

Balcão de Direitos:

20 anos de promoção da cidadania e justiça aos paraenses



Em 2024, o programa “Balcão de Direitos” da Defensoria Pública do Pará comemorou 20 anos de existência, como referência nacional em cidadania. Fundado em 2004, durante a gestão da então defensora-geral Anelyse Freitas de Azevedo, por meio de convênio com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o programa nasceu para orientar e conscientizar a população sobre seus direitos e deveres, ao mesmo tempo em que promovia a desburocratização do acesso à Justiça e a emissão de documentos essenciais.

Desde o início, o “Balcão de Direitos” atua de forma itinerante na Região Metropolitana de Belém e nos municípios do Pará, com prioridade às comunidades de difícil acesso e populações

vulnerabilizados. Ao longo dos anos, o impacto do programa foi ampliado por meio de importantes parcerias institucionais, como o convênio “Certidão de Nascimento – Um Direito Humano, Dever de Todo o Pará”, firmado com a SDH/PR, com o objetivo erradicar o sub-registro civil e ampliar o acesso à documentação básica, beneficiando indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros grupos historicamente invisibilizados.

Entre as realizações históricas do programa, destaca-se o reconhecimento nacional em 2011, quando recebeu o “Prêmio Direitos Humanos”, entregue pela então presidente da república, Dilma Rousseff, consolidando-se como uma iniciativa exemplar no combate às desigualdades sociais.



Números que traduzem a transformação

Ao longo de duas décadas, o **"Balcão de Direitos"** percorreu todos os 144 municípios paraenses, alcançando milhões de pessoas. Entre os serviços oferecidos, destacam-se as emissões de Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, RG e CPF, bem como atendimentos jurídicos e ações de educação em direitos.

O impacto do programa é reforçado pelos **números registrados** ao longo dos últimos anos.

O destaque vai para o ano de 2024, que registrou o **maior número de atendimentos em toda a história do programa desde sua fundação**. Com um total superior a 1,2 milhão de atendimentos entre 2020 e 2024, o "Balcão de Direitos" reafirma sua importância como instrumento de cidadania em um estado com dimensões continentais como o Pará.

320.094
atendimentos

2024

300.343
atendimentos

2023

309.157
atendimentos

2022

240.778
atendimentos

2021

40.516
atendimentos

2020

Expedições pelo Pará



O ano de 2024 foi marcado pela realização de várias expedições que levaram serviços de cidadania e assistência jurídica para milhares de paraenses. As iniciativas, desenvolvidas por meio do programa “Balcão de Direitos” da DPE-PA, percorreram o estado de norte a sul e de leste a oeste, e modificaram vidas com atendimento humanizado e prestação de serviços essenciais.

“Expedição Araguaia III” e “Caravana Araguaia III”

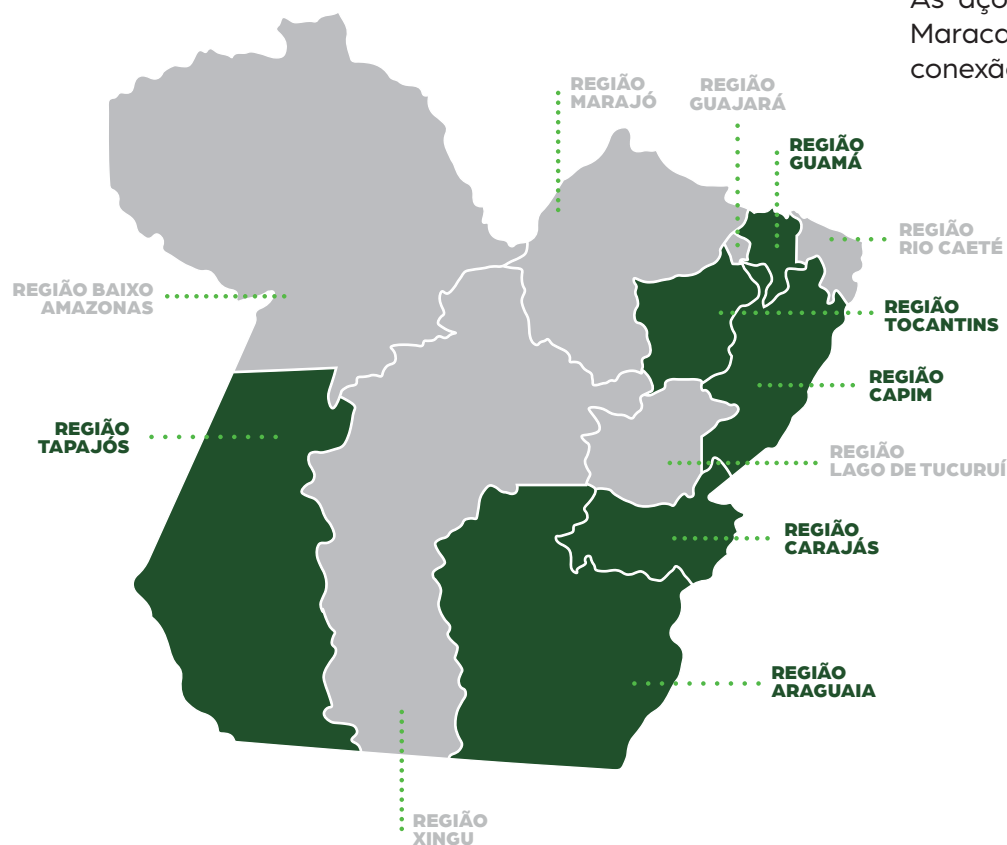
Mais de 33 mil atendimentos foram realizados durante a “Expedição Araguaia III” e a “Caravana Araguaia III”. As iniciativas foram direcionadas à população de 15 municípios do Sudeste paraense, região marcada por grandes desafios de acesso devido à extensa zona rural e locais isolados.

Durante cerca de 25 dias, os mutirões ofereceram serviços essenciais de cidadania, como orientação jurídica, emissão de documentos, reconhecimento de paternidade e encaminhamentos legais.

As ações itinerantes percorreram as localidades de São Félix do Xingu; Tucumã, Ourilândia do Norte; Água Azul do Norte; Santana do Araguaia; Redenção; Cumaru do Norte; Xinguara; Sapucaia; Brejo Grande do Araguaia; Conceição do Araguaia; Redenção; Santa Maria das Barreiras; Floresta do Araguaia; Eldorado do Carajás e Marabá.

Regiões de integração do estado do Pará

REGIÕES DE INTEGRAÇÃO EM QUE FORAM REALIZADAS EXPEDIÇÕES



Expedições "Guamá" e "Tocantins"

Em quatro dias intensos, foram realizados 11.172 atendimentos em seis municípios do Nordeste paraense. As expedições "Guamá" e "Tocantins" ofereceram emissão de documentos, como RG, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho Digital e certidões, além de orientação jurídica e atividades de educação em direitos nas escolas locais.

As ações itinerantes alcançaram os municípios de São Domingos do Capim, Maracanã, Inhangapi, Acará, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, e promoveram a conexão de populações remotas a serviços indispensáveis.

Expedição "Capim"

Entre os dias 03 e 10 de dezembro, a "Expedição Capim" promoveu mais de 10 mil atendimentos no Nordeste paraense. A iniciativa itinerante percorreu os municípios de Ipixuna do Pará, Aurora do Pará e Moju, com os serviços essenciais de emissão de documentos, encaminhamento para certidões, cadastro em plataformas governamentais e assistência jurídica.

Histórias como a de Maria de Nazaré Santos, uma aposentada de 71 anos que, após uma década, conseguiu regularizar sua documentação durante a "Expedição Capim", refletem a importância dessa ação para comunidades em que a distância e os custos tornam o acesso a serviços básicos um desafio.

"Vim até aqui para resolver isso e fiquei ainda mais contente porque, mesmo depois de descobrir que minha Certidão de Nascimento – que é manuscrita – também precisava ser atualizada, pude contar com a equipe da Defensoria, que me orientou e conseguiu me encaminhar para essa troca. Senão, isso seria bem difícil para mim, já que nasci no Marajó e teria que ir até lá", relata a assistida.

Expedições “Carajás” e “Tapajós”

As expedições “Carajás” e “Tapajós” realizaram mais de 25,6 mil atendimentos em apenas 12 dias de atuação. As ações itinerantes passaram por São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Eldorado do Carajás, Jacareacanga, Aveiro e Rurópolis.

Entre as muitas histórias que marcaram as expedições, está a de Micena Feitosa, de 84 anos, atendido em casa devido às suas limitações de locomoção. “Foi muito legal a Defensoria ter vindo até a casa do meu pai. Eu agradeço muito; deu tudo certo”, contou Maria Feitosa, filha e cuidadora de Micena.

Outro relato que ilustra a importância da iniciativa veio da empregada doméstica Maria Euzamar. Ela contou que acolheu a filha, Talita, quando a mãe biológica – que estava em uma situação vulnerabilizada – decidiu entregá-la aos seus cuidados. Talita, que enfrentava desafios de saúde desde pequena, encontrou em Maria não apenas cuidado, mas um amor incondicional. Em suas palavras, a assistida narrou a profundidade desse vínculo e seu maior desejo: formalizar a guarda da filha.



"A Talita era paraplégica de um lado completo, ainda hoje ela tem problema. Por isso as costas dela ficaram tortas, a coluna dela desviada. Foi por causa da falta de cuidado. Porque a mãe dela não estava e só tinha a avó, que não gostava dela, não gostava da menina de jeito nenhum. Eu queria a guarda dela para ter acesso a esses tratamentos. Eu penso assim: se tudo der certo, é o maior prazer da minha vida. O maior prazer que eu tenho é poder dizer: a Talita, de hoje em diante, é minha, e ninguém toma; ninguém tem direito de tirar a Talita de mim. Porque, para mim, é isso: eu amo muito a minha filha", conta, emocionada.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA
O QR CODE E SAIBA MAIS SOBRE A
HISTÓRIA DE MARIA EUZAMAR E TALITA,
ASSISTIDAS DA DEFENSORIA DO PARÁ



NAECA

20 anos de vidas transformadas

O Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca) da Defensoria Pública do Estado do Pará completou 20 anos de atuação em 2024 e se consolidou como uma referência na promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Desde sua criação, em 2004, o Naeca tem desempenhado um papel fundamental na proteção dos interesses desse público, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Naeca foi instituído com o propósito de atender, de modo especializado, às demandas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assegurando a observância de seus direitos fundamentais.



Ao longo dessas duas décadas, o Núcleo expandiu suas atividades, fortaleceu parcerias institucionais e promoveu ações integradas com órgãos do sistema de Justiça, conselhos tutelares, organizações da sociedade civil e redes de apoio à infância e à adolescência.

Nos últimos 20 anos, o Naeca consolidou uma trajetória marcada por avanços inovadores.

Principais áreas de atuação:

Acompanhamento de medidas protetivas e socioeducativas;

Garantia de acesso à educação, saúde e convivência familiar e comunitária;

Mediação de conflitos familiares e orientação;

Atuação em casos de violência, negligência e cerceamento de direitos.

PROJETOS NAECA

ECO – O seu Canal Direto com o ECA

Tem como objetivo promover a conscientização sobre direitos e integrar atividades técnicas e interdisciplinares. As ações fortalecem a rede de proteção e ampliam o conhecimento sobre temas relacionados à infância e à juventude.

Eu Me Importo

Atua de forma judicial e extrajudicial, com o objetivo de auxiliar e garantir direitos essenciais às famílias que receberam crianças e adolescentes em guarda. O objetivo do projeto é contribuir com a convivência familiar e o exercício da guarda, evitar novas rupturas e violações por meio do acesso e garantia de direitos como educação, esporte, cultura, profissionalização e lazer.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Proteção

Na área da proteção, o NAECA atua na defesa judicial e extrajudicial de crianças e adolescentes em situação de risco, cujas principais demandas são ações de guarda, adoção e tutela, além de garantias de acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação.

Socioeducação

Na área da socioeducação, o NAECA atua na defesa judicial e extrajudicial, com o suporte de atendimento técnico dos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, desde a sua apresentação, passando pela instrução e sentença, até a execução de medidas socioeducativas e visitas institucionais em unidades de internação, semiliberdade e provisória.



Campanha alusiva ao “Setembro Amarelo”

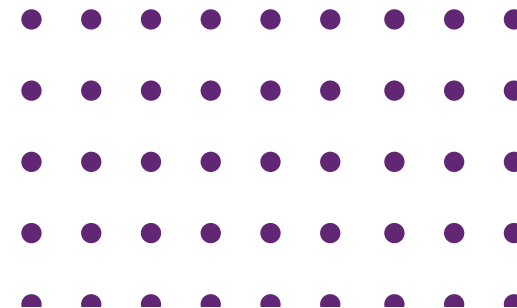
No mês dedicado à prevenção ao suicídio, a Defensoria Pública do Estado do Pará, em articulação com as diretorias Metropolitana e do Interior, promoveu uma ampla campanha de educação em direitos voltada para estudantes da rede pública de ensino. A iniciativa, realizada em parceria com o Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca), alcançou mais de 600 crianças e adolescentes em oito localidades na Região Metropolitana de Belém e no interior do estado.

As ações ocorreram em escolas de Belém, Ananindeua e Icoaraci, bem como em Castanhal, Breves, Marabá, Goianésia do Pará e Santarém. Entre os objetivos, destacam-se a valorização da vida, o combate ao bullying e a promoção de cidadania e educação em direitos. É fundamental ressaltar o impacto positivo nas comunidades escolares, onde profissionais da Defensoria — incluindo defensoras e defensores, assistentes sociais e psicólogos — lideraram atividades interativas e palestras.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico-Militar Padre Pietro Gerosa, em Ananindeua, a equipe da DPE-PA organizou uma roda de conversa e uma dinâmica voltadas para a conscientização sobre a prevenção ao suicídio e a construção de uma rede de apoio. A jovem A. G., de 15 anos, destacou que aprendeu sobre a importância da prevenção, da empatia e do papel da Defensoria como suporte em situações de vulnerabilidade.



Em defesa delas!



A DPE-PA adota uma série de políticas internas voltadas para a promoção da defesa das mulheres, como as iniciativas "Selo 'Empresa Parceira da Mulher'", Grupo Reflexivo, "Arara das Manas", "Elas Por Todas Elas", "Centro Educativo 'Eles por Elas'" e projeto "Reincidência Zero". Em 2024, foi dado um novo impulso às iniciativas de proteção dos direitos das mulheres, com apoio e fortalecimento do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen). O compromisso com as questões de gênero é um dos pilares da atual gestão, que promove ações contínuas de sensibilização, capacitação e fortalecimento de políticas voltadas à igualdade de direitos.

Somente em 2024, o Nugen realizou cerca de 44,7 mil atendimentos. Os principais serviços ofertados pelo Núcleo incluem ações de educação em direitos

e o preparo de petições jurídicas. Além disso, merecem destaque o atendimento inicial e o suporte psicossocial, que oferecem o acompanhamento integral das demandas dos assistidos/as. O atendimento remoto garantiu o acesso aos serviços durante períodos críticos, e os agendamentos de retorno asseguraram a continuidade do suporte. O Nugen também realizou atendimentos nas Delegacias Especializadas da Mulher (DEAM), o que reforça sua presença em momentos de maior urgência.

O Núcleo também acolhe e reeduca os homens envolvidos em situação de violência de gênero. Por meio do "Centro Educativo 'Eles Por Elas'" ocorrem atividades de reflexão para homens que respondem a penas, medidas alternativas ou que participam voluntariamente.

- Nugen em números:
- conheça quais são os
- atendimentos mais
- demandados em 2024:

NUGEN MULHER

NUGEN PESSOA ACUSADA

Os números demonstram a amplitude e a relevância do trabalho desenvolvido, que promove o acesso à Justiça para pessoas em situação de violência de gênero e violência doméstica.

Petições 11.790

Educação em direitos 11.387

Atendimento inicial 7.650

Psicossocial 5.268

Atendimento remoto 3.137

Agendamento de retorno 2.507

Atendimento nas Delegacias Especializadas da Mulher 1.272



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E CONHEÇA A HISTÓRIA
DE MILEIDY SAFIRA, ASSISTIDA
DO NUGEN

Selo “Empresa Parceira da Mulher”



O Selo é uma iniciativa do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen) e foi criado como uma ferramenta de incentivo para valorizar empresas que adotam políticas efetivas de igualdade de gênero e atuam na defesa das mulheres contra a discriminação, o assédio e a violência sexual. Ele opera por meio da implementação de práticas inovadoras e programas educativos de promoção, valorização e defesa dos direitos da mulher no ambiente de trabalho e do estímulo à contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade devido à violência de gênero.

Ao todo, mais de 19 assistidas já conseguiram emprego pelo projeto. Uma delas é Ducicléia Moura, de 44

anos, contratada há 11 meses pela empresa KCM Serviços Especializados de Limpeza LTDA. “Cheguei na Defensoria Pública em uma situação delicada, e foi onde eu encontrei apoio e confiança. Passei por violência doméstica e fui muito bem acolhida. Com o suporte, consegui o divórcio, pensão alimentícia e também uma oportunidade de emprego. Faço parte da empresa KCM e sou serviços gerais com muito orgulho. A Defensoria Pública e o Nugen me deram essa oportunidade”, pontua, emocionada.

Arara das Manas

Em 2024, 722 peças foram arrecadadas pelo projeto “Arara das Manas”, que promove a doação de roupas e calçados para mulheres vítimas de violência patrimonial e em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Em dois anos de atividade, mais de 50 mulheres foram atendidas pela iniciativa, que contribui para o resgate da dignidade e da autoestima das assistidas.

Grupo Reflexivo



Em 2024, o projeto “Grupo Reflexivo de Mulheres” aprimorou a sua organização estrutural. Agora, ele conta com duas turmas, desenvolvidas para atender melhor à crescente demanda e às diferentes necessidades das participantes. No período da manhã, estão as novas assistidas do programa, enquanto as tardes são dedicadas àquelas que já estão há mais de um ano no grupo.

A iniciativa presta apoio psicossocial a mulheres que passaram por situação de violência de gênero e atende cerca de 47 assistidas por mês. Por meio de palestras e rodas de conversa, são mais de 14 anos de atuação na promoção do acolhimento e do empoderamento das

participantes, com foco na conscientização em relação aos seus direitos.

Adelane Torres, de 42 anos, é uma das mulheres atendidas pelo grupo. Ela veio do município de Gurupá, na mesorregião do Marajó, para realizar tratamento oncológico em Belém e, no mesmo período, foi vítima de violência patrimonial e psicológica por parte do ex-marido.

Desde janeiro de 2024, ela vem recebendo acolhimento psicológico e

jurídico pelo Nugen. “Eu cheguei até aqui com o emocional bem abalado devido à doença, fui abandonada e também fiquei sem ter direito aos meus bens. Hoje, eu considero que renasci das cinzas... tive apoio aqui, me explicaram o que estava acontecendo comigo. Encontrei tudo o que eu precisava. O acolhimento que eu e as minhas colegas temos é muito bom. Somos uma família. Não vou abandonar e pretendo continuar para dar apoio às outras que chegarem. É um aprendizado maravilhoso”, conta, emocionada.

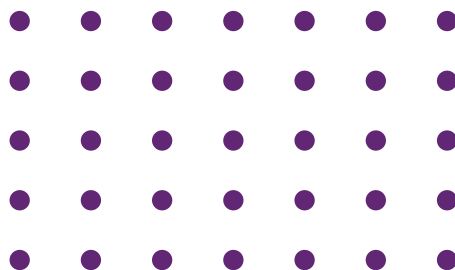


Empregabilidade e Diversidade



Trinta assistidas do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen) receberam diplomas de graduação no curso de Auxiliar Administrativo com Noções em Informática, pelo projeto “Empregabilidade e Diversidade”.

O curso, em parceria com diversas instituições, teve a duração de 2 meses e ofereceu uma bolsa mensal de 1mil reais para ajudar as assistidas a arcarem com eventuais despesas relacionadas à participação. O foco da edição deste ano foi a capacitação de mulheres que vivenciaram situação de violência doméstica, a fim de auxiliar na conquista da autonomia financeira, um passo essencial para que elas possam se reerguer após romper o ciclo de violência.



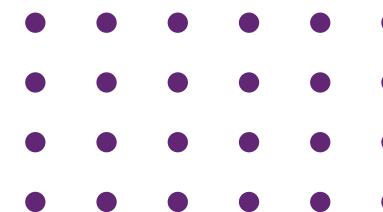
Lançamento do “Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”



A Defensoria Pública do Estado do Pará realizou, em 2024, o lançamento do “Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”, uma iniciativa promovida pelo Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen) e pela Escola Superior da Defensoria Pública.

O protocolo é um manual elaborado de forma direcionada ao corpo funcional da instituição. Ele visa conscientizar sobre as particularidades do atendimento a mulheres em situação de violência de gênero, para que, assim, todos os defensores/as, servidores/as, colaboradores/as e estagiários/as da Defensoria possam trabalhar de forma integrada e sensível a essas temáticas.

O evento integrou as comemorações pelos 30 anos da “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher”, conhecida popularmente como “Convenção de Belém do Pará”, assinada em 9 de junho de 1994, que passou a ser um instrumento utilizado pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). A Convenção foi o primeiro tratado internacional legalmente vinculado a formalizar o conceito de violência contra a mulher, o qual persiste inalterado até os dias atuais, nas legislações posteriores.



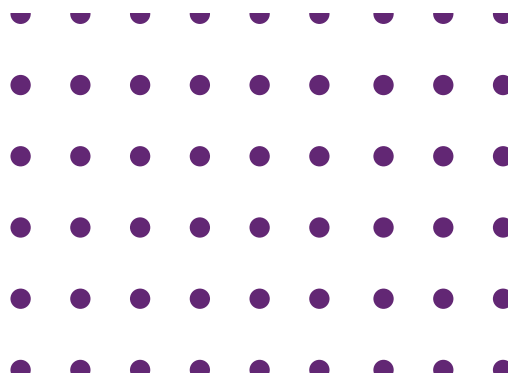
Elas Por Todas Elas



Em alusão aos 18 anos da Lei Maria da Penha, comemorados em 2024, o troféu “Elas Por Todas Elas” foi entregue, no dia 27 de agosto, a 31 autoridades, personalidades e ativistas pela defesa dos direitos das mulheres na sociedade paraense. O evento anual busca reafirmar o compromisso da DPE-PA com a promoção da igualdade de gênero e a defesa dos direitos das mulheres.

No evento, foram agraciadas as defensoras públicas Ana Macedo Sá; Daiane dos Santos; Larissa Beltrão; Lisianne Rocha; Nara Cerqueira; Anna Izabel Sabbag; Ana Caldas Figueiredo; e Larissa Machado, coordenadora do Nugen. As psicólogas Mislene Silva e Rosana Faraon, atuantes no Nugen, também receberam o troféu. Além delas, a honraria foi concedida à secretária estratégica de Articulação da Cidadania, Elieth Braga; à

secretária de Saúde Pública, Ivete Vaz; à secretária de Estado de Planejamento e Administração, Renata Coelho; à diretora de Articulação de Políticas para Mulheres, Maria Leonel; à deputada estadual Andréia Xarão; à deputada estadual Lívia Duarte; à deputada estadual Ana Cunha; à coordenadora estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJ-PA, Maria Guimarães; à juíza titular da 7ª Vara da Família, Rosa Oliveira; à vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, desembargadora Ida Braga; à diretora-geral da Escola de Contas Públicas, Mara Lúcia Cruz; à corregedora-geral do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Deila Maia; à vice-presidente da Comissão Nacional de Prerrogativas da OAB, Cristina Lourenço; à ativista pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, Isabella Santorinne; e à secretária legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Rebecca Hesketh.



Manual Antissexista

Em 2024, a publicação do guia “Defesa com Equidade: Manual de Comunicação Antissexista da Defensoria Pública do Pará” reafirmou o compromisso da gestão com a equidade de gênero. Produzido pela Diretoria de Comunicação Social da DPE-PA, ele visa contribuir para a desconstrução de estereótipos por meio do uso de uma linguagem inclusiva. O lançamento aconteceu durante o evento alusivo aos 18 anos da Lei Maria da Penha.

O guia passa a orientar a comunicação oficial da instituição, com o objetivo de difundir a utilização de uma linguagem que respeite a igualdade entre os gêneros, a fim de coibir atos que reforcem estereótipos impostos culturalmente e preconceitos desta natureza.

A diretora de Comunicação Social, jornalista Carolina Lobo, ressalta que uma comunicação antissexista é fundamental na luta em defesa dos direitos das

mulheres, especialmente em uma instituição da magnitude da Defensoria Pública. “Quando pensamos na construção deste material, tivemos como premissa o lugar da mulher na sociedade. Nós já somos, muitas vezes, invisibilizadas por sermos mulheres, então toda prática que reforce o nosso protagonismo deve ser incentivada”, pontua.

A linguagem antissexista é uma abordagem comunicativa que busca evitar o uso de terminologias e expressões que discriminam pessoas devido ao gênero, algo que acontece primordialmente com as mulheres. As mudanças culturais e sociais em curso na sociedade chamam, cada vez mais, atenção para a necessidade de uma linguagem inclusiva, principalmente no âmbito da comunicação pública e da área administrativa.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E CONFIRA O
MANUAL ANTISSEXISTA

"Centro Educativo 'Eles Por Elas'" e o projeto "Reincidência Zero"

Desenvolvido por meio do Nugen, o "Centro Educativo 'Eles Por Elas'" é o primeiro da região Norte voltado para o acolhimento e a reeducação de homens envolvidos em situações de violência de gênero.

Criado em agosto de 2021, o Centro atua como um espaço de acolhimento e reflexão para homens que respondem a penas, medidas alternativas ou que participam voluntariamente. Nele, são realizadas atividades que promovem o acompanhamento psicossocial, com foco em ressignificar comportamentos violentos e incentivar a construção de masculinidades pautadas na equidade, no respeito e na dignidade. A abordagem inovadora está em plena consonância com o artigo 35 da Lei Maria da Penha, que prevê a criação de centros de educação e reabilitação para agressores.

Uma das iniciativas desenvolvidas pelo Centro é o projeto "Reincidência Zero", reconhecido nacionalmente pelo

Ministério da Justiça. O projeto tem como objetivo principal a transformação de atitudes e crenças machistas, que frequentemente desencadeiam a violência de gênero. Por meio de rodas de reflexão e palestras educacionais, realizadas em pequenos grupos, os homens são estimulados a questionar padrões comportamentais e a adotar práticas baseadas no respeito e na não violência.

Os resultados do programa são expressivos. Em mais de uma década de atuação, com mais de 1,6 mil homens atendidos, o índice de reincidência específica é de apenas 0,44%.



“Defensoria Presente” amplia atuação

Com os objetivos de agilizar a demanda de agendamentos e dar celeridade à fila de espera por atendimentos, a Defensoria Pública do Pará realizou, em 2024, oito edições do projeto “Defensoria Presente”. Neste ano, além dos atendimentos na capital e na Região Metropolitana de Belém (RMB), a iniciativa expandiu sua atuação para o interior do estado, com um número de quase 1 mil atendimentos aos assistidos.

O “Defensoria Presente” desenvolve mutirões de atendimento jurídico, que dão vazão à grande demanda da população. A ampliação do projeto, em 2024, foi possível graças à implementação do “Defensoria Presente no Interior”, uma iniciativa que atua exclusivamente em localidades fora do eixo metropolitano, para garantir o acesso à Justiça às comunidades distantes e vulnerabilizadas.

Os mutirões oferecem, de forma gratuita, serviços essenciais, como consulta processual e orientação jurídica, além de atendimentos especializados em direito da família, como ações de divórcio consensual e litigioso, ação de alimentos, reconhecimento e dissolução de união estável e execução de alimentos. Além disso, por vezes, há a oferta da emissão de documentos, registro de nascimento e óbito fora do prazo.

493
atendimentos

NO INTERIOR

490
atendimentos

NA REGIÃO METROPOLITANA

DEFENSORIA
Presente
NO INTERIOR



Casamento Comunitário 2024

A cidadania e o amor trocaram alianças na segunda maior edição do Casamento Comunitário da Defensoria Pública do Pará, realizada na Arena Guilherme Paraense (Mangueirinho), em Belém. A cerimônia, em parceria com os Cartórios de Registro Civil "Guedes de Oliveira" e "Givaldo Araújo", oficializou a união de 90 casais – heterossexuais e homossexuais – da Região Metropolitana de Belém, além de ribeirinhos da Ilha de Cotijuba, migrantes e refugiados da Venezuela e de Cuba.

Essa é a primeira vez que migrantes e refugiados participam da celebração, como é o caso da professora Maria Perez, de 34 anos, que oficializou a união com o tradutor e universitário Roisdael Calderón, de 41 anos. Eles são venezuelanos, indígenas da etnia Warao, e vieram para o Brasil devido à crise econômica e política no país de origem. "Sempre estivemos unidos como parceiros. Casamos primeiro na igreja e agora estamos oficializando no civil, estou muito contente", afirmou Maria, emocionada.

Além de festejar a união das famílias, a iniciativa surgiu com a finalidade de garantir segurança jurídica aos casais em questões relacionadas a pensão, auxílios, partilha de bens e demais direitos garantidos por meio da união estável.



Conexão Defensoria

Em 2024, a ferramenta "Conexão Defensoria" ganhou mais um posto de atendimento presencial, que amplia a cobertura defensorial e fortalece o acesso da população aos serviços gratuitos da instituição na Região Metropolitana de Belém (RMB). O novo posto fica localizado na "Estação Cidadania" do Memorial "Magalhães Barata", conhecido popularmente como "Chapéu do Barata", em São Brás. Além disso, há outros pontos de atendimento nas "Estações Cidadania" no Shopping Bosque Grão Pará e Shopping Metrôpole Ananindeua.

Criada em 2020, durante a pandemia de COVID-19, a ferramenta foi desenvolvida para dinamizar o agendamento de atendimentos. Entre janeiro e novembro de 2024, ela ultrapassou o número de 220,3 mil registros.

ESTAÇÃO
CIDADANIA
SÃO BRÁS

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO



**ESTAÇÃO CIDADANIA
SÃO BRÁS**

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

HANA GHASSAN TUMA
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ

RENATA MIRELLA COELHO
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

URSULA VIDAL
SECRETÁRIA DE CULTURA

BRUNO CHAGAS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE CULTURA

BELEM - OUTUBRO DE 2024



ESTAÇÃO DE CIDADANIA DE SÃO BRÁS

9 Avenida Governador José Malcher,
S/N - Bairro São Brás, Belém

Segunda à sexta-feira

9h às 15h



O projeto “Cidadania no Cárcere” consolida a dignidade plena à pessoa encarcerada. Ao oferecer serviços de emissão de documentos e atendimentos jurídicos e de saúde aos internos do sistema penitenciário do estado do Pará, o projeto busca resgatar os encarcerados da invisibilidade jurídico-social.

Em 2024, mais de 2.167 custodiados foram assistidos e 6.567 atendimentos foram prestados em nove ações itinerantes.

Comparativo anual de atendimentos do projeto “Cidadania no Cárcere”:





Em 2024, o projeto “Além das Grades” consolidou-se como uma iniciativa essencial para a humanização do sistema prisional no Pará, com 2.588 atendimentos realizados na Região Metropolitana de Belém. O projeto foca em atender mulheres privadas de liberdade, com o reconhecimento das suas necessidades específicas e com a proposta de iniciativas para lidar com problemas estruturais, como o abandono familiar, a distância das comarcas de origem e a ausência de serviços adequados. Por meio de ações integradas, busca-se promover dignidade, ressocialização e respeito aos direitos humanos.

Entre as principais medidas, está a realização de eventos multidisciplinares em datas alusivas, como a “Semana do Dia da Mulher”, que envolveu atendimentos jurídicos, médicos, psicológicos e atividades voltadas à autoestima, como serviços de beleza e rodas de conversa. As custodiadas gestantes e lactantes também foram incluídas em ações específicas, como palestras sobre amamentação e cuidados maternos. O projeto estendeu suas atividades à população LGBTQIAPN+, ao promover eventos na Unidade de Custódia e Reinserção de Santa Izabel, com atendimento jurídico para mudança de nome e demandas de saúde específicas de mulheres trans. Além disso, em 2024, houve também um inédito evento cultural com apresentação de uma drag queen, a primeira já realizado no sistema penal do Brasil.

O fortalecimento de vínculos familiares foi uma prioridade, incluindo ações como emissão de documentos e assistência jurídica para questões cíveis, como guarda de filhos. Essas iniciativas visam não apenas preparar as internas para a reintegração social, mas também aliviar o sentimento de abandono e distância de suas famílias.

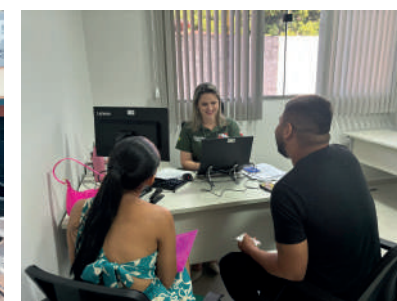
Ao priorizar a inclusão, a equidade e o respeito às especificidades das custodiadas, o “Além das Grades” demonstra que é possível transformar vidas, mesmo dentro do contexto prisional, com a promoção de justiça social e o fortalecimento dos princípios de cidadania.



Ação alusiva ao “Dia da Mulher”, na Unidade de Custódia e Reinserção Femino de Ananindeua.

Pódio nacional no “Meu Pai Tem Nome”:

Defensoria Pública do Pará realiza aproximadamente 1.500 atendimentos e alcança um dos melhores resultados nacionais no projeto



A Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) alcançou um marco histórico ao conquistar uma posição de destaque no cenário nacional durante a campanha “Meu Pai Tem Nome”. Em apenas um dia, a ação contabilizou quase 1,5 mil atendimentos em mais de 20 localidades de todo o estado do Pará.

A iniciativa, promovida pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), tem como objetivo solucionar conflitos familiares e combater a ausência de reconhecimento paterno ou materno nas certidões de nascimento, uma condição que impacta diretamente o desenvolvimento social e emocional de milhares de brasileiros. Os atendimentos são voltados para pessoas de todas as faixas etárias.

As ações ocorreram, simultaneamente, na capital Belém e nas localidades metropolitanas de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Mosqueiro e Icoaraci. No interior, a ação chegou até Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Capanema, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém, São Miguel do Guamá e Tucuruí.

"Hoje é um dia de festa, estou nascendo de novo"

A dona de casa Ana Cristina foi atendida durante a edição 2024 da campanha. Mais do que uma formalidade, a inclusão do nome do pai na Certidão de Nascimento representou um novo começo na vida da assistida. Ela conta que sempre conviveu com o genitor, João Ramos, mas acabou ficando sem o registro paterno na documentação em razão da rotina de trabalhos do pai. Durante a campanha em Belém, após 48 anos, o sonho virou realidade.

"Agora, eu posso dizer para os meus filhos que eu tenho uma família. Meus avós paternos sempre me ensinaram a ter orgulho da minha família, que eu não estava só, que não somos qualquer um, e agora isso é uma realidade, porque está registrado na minha documentação", diz a assistida.



“Um novo presente é possível: Defensoria Pública pela superação da situação de rua”

As pessoas em situação de rua constituem um dos grupos vulnerabilizados que recebem atenção especial da Defensoria Pública do Pará. Por meio do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH), no ano de 2024, foram realizadas cinco edições da campanha nacional “Um novo presente é possível: Defensoria Pública pela superação da situação de rua”, uma iniciativa da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

Um dos assistidos pela iniciativa é Rodrigo Ramos, pessoa em situação de rua, que teve sua vida impactada ao acessar o serviço de emissão de documentos. Com a documentação regularizada, ele teve acesso à realização de uma cirurgia no braço necessária à sua reinserção no mercado de trabalho. “Faz um tempo que vinha tendo dificuldade para tirar meus documentos por motivo de dinheiro, porque eu não tenho

condição de pagar para tirar uma 2ª via de Certidão. Até para tirar a identidade, hoje, a gente tem que pagar. E graças à Defensoria e ao projeto, hoje eu saio com a minha Certidão e pude tirar minha identidade também. Essa ação foi a melhor coisa que teve, não só para mim, como para muitos que também estão sendo atendidos. Então, eu estou muito agradecido à Defensoria”, declarou.

O assistido ainda contou, emocionado, sobre seus planos para o futuro: “Eu creio que hoje, a partir dessa ação, vou poder me empregar, alugar uma casa e me alimentar bem. Sem documentação, eu não tinha como fazer isso e, agora, eu posso. Sou muito agradecido pelo gesto, pela ação, pelo acolhimento que estão nos dando aqui hoje”.

As ações ofertaram serviços de orientação jurídica e emissão de documentos para essa população vulnerabilizados, com o objetivo de evidenciar a Defensoria Pública como referência para o acesso à Justiça e garantia de cidadania às pessoas em situação de rua.



Atendimento de pessoas transgêneros



O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH) da Defensoria do Pará oferece atendimento especializado e gratuito às pessoas transgênero que desejam realizar a alteração e averbação de prenome e gênero no registro civil. Em 2024, foram realizados 336 atendimentos, em ações internas e externas, promovidas em eventos como o “Dia da Visibilidade Trans”, o “Diversiday” e o “Festival Aceita”.

A iniciativa visa garantir o respeito à identidade de gênero e promover a cidadania plena, a fim de eliminar barreiras burocráticas e sociais. A DPE-PA tem a missão institucional de garantir a inclusão e a igualdade para assegurar direitos fundamentais à população LGBTQIA+ de forma acessível e acolhedora.



Territórios originários e tradicionais

A Defensoria do Pará exerce um papel fundamental na promoção do acesso à Justiça para os povos indígenas que fazem parte do grupo de atenção prioritária. Historicamente invisibilizados, essas comunidades enfrentam dificuldades de acesso a direitos básicos e serviços públicos, o que torna a assistência defensorial essencial para garantir o respeito aos direitos humanos e às garantias constitucionais.

“Enxerga-me Brasil”

Com o objetivo de combater o sub-registro indígena, o projeto “Enxerga-me Brasil” e o programa “Balcão de Direitos” realizaram sete mutirões de atendimento neste ano. Destes, para indígenas não aldeados, duas ações ocorreram na cidade de Altamira e uma em Belém; as demais nas Terras Indígenas Kayapó, Anambé e Alto Rio Guamá. Ao todo, cerca de 940 atendimentos foram realizados apenas neste ano em favor dos povos originários do Pará.

A iniciativa leva até as aldeias serviços como retificação para inclusão do nome de etnia e língua-materna, emissão de segunda via de Certidão de Nascimento e Óbito, carteira de identidade, CPF, Carteira de Trabalho Digital, CadÚnico e título de eleitor indígena. Um dos norteadores do projeto é o respeito às especificidades das populações tradicionais, de modo a zelar pela origem étnica, pela identidade cultural e pela língua de cada comunidade.

O trabalho desenvolvido em prol das populações indígenas reafirma o valor da instituição enquanto promotora de justiça e inclusão social, com um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e plural. Os números de atendimentos refletem o compromisso contínuo com as comunidades tradicionais, que são essenciais para a história e a diversidade cultural do estado do Pará.



Conflitos Fundiários

A Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) desempenha um papel fundamental na mediação e resolução de conflitos fundiários, garantindo o direito à moradia digna e à posse da terra para comunidades vulnerabilizadas. Desde sua fundação, a instituição tem se dedicado à defesa dos direitos de populações urbanas e rurais que enfrentam ameaças de despejo, irregularidades na posse da terra e dificuldades de acesso à regularização fundiária.

Os conflitos agroambientais no Pará envolvem disputas complexas por terras, que impactam comunidades originárias e tradicionais, como de indígenas, quilombolas, pequenos produtores e famílias de baixa renda. Diante desse cenário, a DPE-PA atua por meio de dois importantes núcleos especializados: o Núcleo de Defesa da Moradia e o Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais.





Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais (Ndpa)

Oitiva do Núcleo das Defensorias Agroambientais com lideranças das comunidades quilombolas do Rosário e Providência, em Salvaterra.

No ano de 2024, o Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais da DPE-PA consolidou sua atuação como referência no atendimento jurídico especializado em questões agrárias e ambientais em todas as cinco regiões do estado. Com a reestruturação promovida pela Resolução CSDP nº 387/2024, o Núcleo ampliou sua competência, para a integração da matéria ambiental à sua denominação e o fortalecimento da capacidade de atuação em um dos maiores desafios da região: a proteção dos direitos socioambientais.

Com sedes em Castanhal, Santarém, Marabá, Altamira e Redenção, o Núcleo realizou 30.905 atendimentos ao longo do ano. As atividades englobam tanto demandas judiciais quanto extrajudiciais, de forma a contribuir para a garantia de direitos de populações em áreas rurais e em conflitos agrários e ambientais.

Dentre os destaques regionais, a 1ª Região Agrária, com sede em Castanhal, liderou o número de atendimentos, somando 18.618 ocorrências, o que reflete o dinamismo e a relevância da região no cenário agroambiental do estado. Outras regiões também registraram desempenhos expressivos, como Santarém, com 5.679 atendimentos, e Altamira, com 4.812.

O trabalho realizado em 2024 reafirma o compromisso do Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais com a defesa de direitos fundamentais, em especial de comunidades tradicionais, pequenos produtores e populações afetadas por conflitos fundiários e impactos ambientais. Com uma atuação técnica, ética e humanizada, o Núcleo fortalece a presença da Defensoria do Pará em um contexto desafiador, o que contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável e a promoção da justiça social no Pará.



Núcleo de Defesa da Moradia

Em 2024, o Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Pará desempenhou um papel essencial na promoção do direito à moradia digna. Com atuação em demandas individuais e coletivas, o Núcleo consolidou sua relevância na regularização fundiária e na mediação de conflitos urbanos na Região Metropolitana de Belém.

Ao longo do ano, foram realizados mais de 6 mil atendimentos, incluindo demandas iniciais, retornos, mediações e atendimentos extrajudicial. Esses números refletem tanto a atuação individual quanto coletiva, e abrangem processos de usucapião, desapropriações e autuações urbanísticas, além de questões fundiárias de comunidades inteiras.

Impactos e ações interinstitucionais

Entre os destaques, 10 pedidos de Regularização Fundiária Urbana (REURB) foram protocolados e outros 15 acompanhados, impactando milhares de famílias em situação de vulnerabilidade. O Núcleo também promoveu mutirões de atendimento em comunidades, com o objetivo de impulsionar os processos de usucapião de imóveis e realizar o cadastro dos moradores no programa "Terra da Gente".

Ainda em 2024, a participação ativa no Conselho de Desenvolvimento Urbano de Belém e na Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Pará contribuíram para traçar estratégias de política pública urbana. O Núcleo esteve presente em reuniões para a revisão do Plano Diretor de Belém e participou de iniciativas como o "Comitê Mata Fome", que beneficia cerca de 27.552 famílias, o equivalente a 110 mil pessoas impactadas.



Visita técnica do Núcleo de Defesa da Moradia (Nudemor) na comunidade Miramar-Shalom, no bairro do Telégrafo, em Belém.





Comunidades Warao

Entre as atividades do Núcleo, estão as visitas frequentes às comunidades refugiadas da etnia indígena Warao, localizadas na Região Metropolitana de Belém. A iniciativa avalia as condições de moradia para efetivar direitos fundamentais de saúde, educação e habitação digna, a fim de promover justiça social e climática para este grupo vulnerabilizado. A ação se alinha às pautas da COP 30 e reforça o compromisso da instituição com a defesa de populações afetadas por impactos socioambientais.

Somente em 2024, foram feitas 7 reuniões com a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), para dar continuidade ao pedido de Regularização Fundiária Urbana (REURB) da comunidade Warao de Kokuína, residente em Outeiro. Desde 2021, a iniciativa já atendeu cerca de 150 famílias extensas dos Warao nas 8 comunidades refugiadas que vivem em Belém e Ananindeua.

Premiações e honrarias

➤ 21º Prêmio Innovare

A Defensoria Pública do Estado do Pará recebeu reconhecimento nacional durante a cerimônia do "21º Prêmio Innovare", realizada no dia 11 de dezembro no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Participaram da solenidade, os projetos "Enxerga-me Brasil" e "Combate à Grilagem de Carbono".

Com o tema "Meio Ambiente e Sustentabilidade", a edição deste ano conferiu o prêmio da categoria "Destaque 2024" à defensora pública Andréia Barreto, coordenadora do Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais da DPE-PA, pelo projeto "Combate à Grilagem de Carbono".

A iniciativa realiza a análise criteriosa de títulos de propriedade, licenças ambientais e projetos relacionados, com o objetivo de



identificar e combater fraudes na comercialização ilegal de créditos de carbono no interior do Pará. O projeto beneficia diretamente comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, protegendo-as da grilagem de terras e promovendo justiça socioambiental.

Outra prática finalista do "21º Prêmio Innovare", na categoria "Defensoria Pública", foi o projeto "Enxerga-me Brasil". O reconhecimento ressalta o impacto positivo do projeto no combate ao sub-registro e na garantia da justiça social e climática ao proteger comunidades de regiões ambientalmente vulnerabilizadas, além de fortalecer os direitos de povos essenciais para a preservação e a construção de uma sociedade sustentável e plural.

➤ Defensores públicos do Pará são condecorados com medalha "Paulo Frota" de Direitos Humanos, na Alepa

A defensora pública-geral, Mônica Belém, a coordenadora do Núcleo de Defesa da Moradia, defensora pública Luciana Albuquerque, e o defensor público do Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais, Rodrigo Cerqueira, foram agraciados com a Medalha "Paulo Frota" de Direitos Humanos, concedida pela Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). A honraria, instituída em 2003, reconhece personalidades e organizações que se destacam na promoção e defesa dos direitos humanos no estado.



➤ Prêmio de Inovação J.Ex

Referência em tecnologia para o Brasil, a Defensoria Pública do Pará conquistou o 3º lugar na premiação "J.Ex", com a ferramenta "Sírio"

O Prêmio de Inovação "J.Ex" reconhece iniciativas inovadoras nos âmbitos de tecnologia, gestão e novas metodologias aplicadas ao sistema de Justiça. A premiação deste ano, que conferiu o 3º lugar para a Defensoria paraense na categoria "Inovação Social", ocorreu em novembro em Brasília.

Com o objetivo de deixar os serviços defensoriais ainda mais próximos do assistido, a ferramenta "Sírio" é um assistente virtual que irá otimizar os atendimentos da Defensoria Pública do Pará, além de oferecer para a população orientação jurídica sobre diversos temas, como direito do consumidor, direito da família e outros; agendamento de atendimento; geração de peças jurídicas; e, em breve, consulta processual.



➤ "Expojud – Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito"

Em 2024, a Defensoria Pública do Estado do Pará, pela primeira vez, contou com um estande próprio no "Expojud – Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito", o maior evento de inovação no setor jurídico do Brasil. A participação é um reflexo do compromisso da instituição em buscar soluções tecnológicas e práticas modernas para ampliar o acesso à Justiça e aprimorar os serviços prestados à população paraense.

Um dos destaques da participação da DPE-PA foi a apresentação da ferramenta "Sírio". Na exposição, a iniciativa chamou a atenção dos participantes por sua capacidade de identificar padrões de vulnerabilidade e garantir maior agilidade no atendimento prestado à população. A ferramenta é um exemplo de como a inovação pode transformar positivamente a prestação de serviços públicos no âmbito da justiça.

A participação inédita no "Expojud 2024" reafirma o papel da Defensoria Pública do Pará como uma instituição comprometida com a modernização e com a busca de soluções inovadoras para o acesso à Justiça. O aprendizado adquirido será incorporado ao planejamento estratégico da instituição para impulsionar iniciativas que reforcem sua atuação junto à sociedade paraense.

► Defensores públicos são agraciados com honrarias na Câmara Municipal de Vigia de Nazaré

A defensora pública-geral do Pará, Mônica Belém, e o defensor público André Pessôa foram agraciados, em 2024, pela Câmara Municipal de Vigia de Nazaré com os títulos de "Cidadã e Cidadão Vigieense", "Honra ao Mérito" e Comenda do Mérito Legislativo "Barão do Guajará".

A iniciativa de homenagem partiu do presidente da Câmara Municipal, vereador Clivaldo Gomes, que enfatizou a importância da colaboração entre a Defensoria Pública e o Município para atender às necessidades da população vigieense. As distinções concedidas pelo Legislativo têm como objetivo considerar indivíduos que, de alguma forma, foram fundamentais para o desenvolvimento e a história do município.



► Defensoria Pública recebe Medalha do Mérito Previdenciário

Em 2024, a Defensoria Pública do Estado do Pará foi agraciada com a Medalha do Mérito Previdenciário, concedida pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). A honraria é concedida a instituições que se destacam por sua contribuição para a promoção de direitos e qualidade de vida para a sociedade. Essa conquista reflete o compromisso da Defensoria Pública com a valorização de seus servidores e a busca constante pela excelência e pela garantia de justiça.

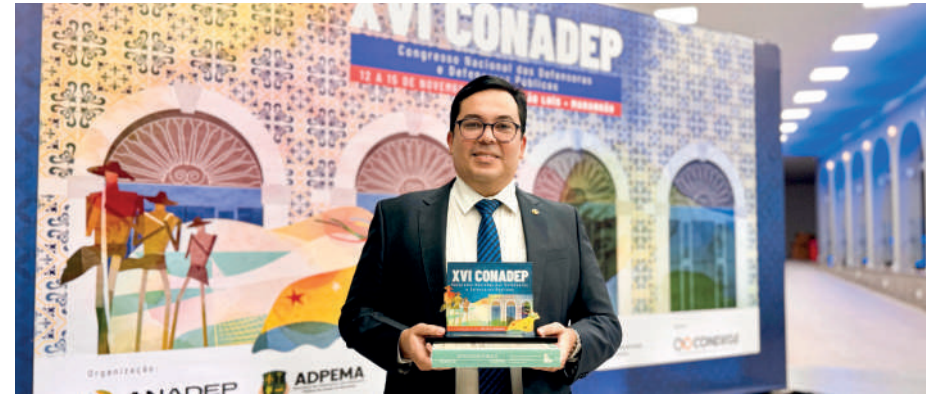


► Defensora pública-geral, Mônica Belém, recebe Medalha da Ordem do Tribunal de Justiça



Em outubro de 2024, a defensora pública-geral, Mônica Belém, foi condecorada com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau de Comendador, pela desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos. Criada pela Resolução nº 8, de 1º de junho de 2005, a honraria é a segunda maior concedida pelo Poder Judiciário do Pará e visa homenagear personalidades, autoridades, instituições e pessoas jurídicas que se destacam por seus méritos ou serviços prestados à Justiça do estado, à cultura jurídica ou à sociedade.

► XVI Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Conadep)



Em disputa com práticas do Brasil inteiro, o programa “Energia Azul”, da DPE-PA, foi campeão de concurso no Conadep 2024

O programa “Energia Azul”, desenvolvido pelo Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Pará, foi o vencedor do concurso de boas práticas do XVI Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Conadep). A prática “Energia Azul: tarifa social para quem mais precisa” destacou-se entre as propostas apresentadas por Defensorias Públicas de todo o Brasil. Criado em 2022, o programa oferece educação e orientação sobre o benefício tarifário disponível na conta de energia elétrica para famílias com membros(as) diagnosticados(as) com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A condição afeta habilidades sociais e comunicativas, além de ocasionar comportamentos restritos e repetitivos que exigem o uso frequente de dispositivos eletrônicos e iluminação artificial para tratamentos em casa, o que gera um alto consumo de energia elétrica.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E AGENDE

A Comunicação como pilar estratégico da Defensoria Pública do Pará

A Diretoria de Comunicação (Dicom) da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) desempenha um papel central na disseminação de informações institucionais, na ampliação da visibilidade e no fortalecimento do vínculo com a sociedade paraense. Em 2024, as iniciativas de Comunicação trouxeram resultados expressivos, que refletem o compromisso constante com a transparência, a inclusão e a eficiência.

A equipe é constituída por quatro profissionais de Jornalismo, três de Publicidade e um de Cerimonial.



Inserção na mídia: DPE é destaque no "Jornal Nacional"

Em 2024, a Diretoria de Comunicação Social conquistou ampla visibilidade nos mais diversos veículos de comunicação, consolidando a Defensoria do Pará como uma fonte confiável de informação e uma referência em pautas de relevância social e jurídica. Entre os destaques do ano, a Defensoria Pública do Pará foi protagonista em uma reportagem do Jornal Nacional, exibida no dia 11 de dezembro, que abordou os vencedores do Prêmio Inovare 2024, a maior honraria do Sistema de Justiça brasileiro.

A premiação, na categoria "Destaque 2024", foi conquistada com a prática "Combate à grilagem de carbono", desenvolvida pela defensora pública Andréia Macedo Barreto, coordenadora do Núcleo das Defensorias Públicas Agroambientais da DPE-PA. O reconhecimento nacional enfatizou a atuação comprometida da instituição no enfrentamento de questões ambientais e na defesa dos direitos das populações vulnerabilizados.

Além disso, a instituição marcou presença em diversos outros veículos de comunicação paraense, com 192 inserções ao longo do ano, de maneira orgânica, ao abordar temas variados

que destacaram o impacto social das ações institucionais. Caso esses espaços fossem adquiridos comercialmente, o custo estimado seria de, aproximadamente, R\$ 7.002.700,00, com base em média comercial feita pela Inteligência Artificial, visto que a Dicom não tem o serviço de "clippagem" (que consiste no monitoramento, seleção e registro de matérias, reportagens, artigos e citações veiculados na mídia sobre a instituição).

R\$689.200,00

Seria o valor aproximado de investimento para inserção no **Jornal Nacional** com a matéria "Combate à grilagem de carbono" (2 minutos), projeto da defensora Andreia Barreto.

(Fonte: <https://globo.my.site.com/pricelist/s/>)

O montante evidencia o valor estratégico e econômico das inserções orgânicas alcançadas pela Dicom. Essas inserções não apenas fortaleceram a imagem organizacional da Defensoria, mas também ampliaram a conscientização pública sobre os serviços oferecidos e as causas defendidas pela instituição.



Produção visual de janeiro a dezembro

Em 2024, a Diretoria de Comunicação da DPE-PA se destacou pela expressiva produção de peças gráficas. Por mês, no período de janeiro a dezembro, foram produzidas, em média, mais de 299 artes. Essas peças desempenharam um papel fundamental na divulgação de eventos e ações institucionais promovidas nos núcleos metropolitanos e do interior. Cada material foi planejado para transmitir de forma clara e impactante os valores e objetivos da DPE-PA, a fim de contribuir para o fortalecimento da identidade visual da instituição e para o engajamento com diversos públicos.



+ DE
140 MIL
MATERIAIS GRÁFICOS
IMPRESSOS



Engajamento nas redes sociais

Nas plataformas digitais, a Defensoria ampliou significativamente sua interação com o público. O engajamento nas redes sociais cresceu de forma consistente, o que demonstra a eficácia das estratégias de comunicação e a relevância das mensagens compartilhadas. Os números de interações, curtidas, comentários e compartilhamentos reforçam o impacto das ações digitais. O aumento no engajamento foi obtido de forma orgânica, ou seja, sem o uso de ferramentas de impulsionamento pagas.

	2023	2024	PERFORMANCE
SEGUIDORES	47.000	59.500	26,6% ↑
ARTES	5.110	7.200	49,9% ↑
VÍDEOS	536	754	40,6% ↑
ALCANCE	59.700	354.600	493,9% ↑



Iniciativas de destaque: Podcast “Defensoria Pai d'égua”

Uma das grandes inovações do ano foi o lançamento do podcast “Defensoria Pai d'égua”, que abriu um novo canal de diálogo com a sociedade, levando informação de qualidade de forma acessível e moderna. Esse projeto busca reforçar o papel da DPE-PA como referência em defesa de direitos humanos e acesso à Justiça ao utilizar um formato que dialoga diretamente com diferentes públicos

DPE Comunica

O boletim semanal de notícias “DPE Comunica” teve 45 edições ao longo do ano. O produto tem se consolidado como uma importante ferramenta de comunicação interna e externa, que informa sobre as ações da Defensoria e conecta os diversos setores e públicos atendidos pela instituição



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E OUÇA
O PODCAST



Novos quadros

Em 2024, a Diretoria de Comunicação da DPE-PA ampliou sua atuação em educação em direitos com os quadros "DPE nas Ruas" e "Defensoria Responde", que aproximaram a Defensoria da população de forma acessível e interativa.

DPE nas Ruas

O "DPE nas Ruas" levou a equipe de comunicação aos locais movimentados de Belém, como o Ver-o-Peso e o Centro Comercial, para entrevistar cidadãos sobre temáticas relevantes. Durante o ano, foram gravadas 11 edições, que abordaram assuntos como superendividamento, união estável, intolerância religiosa e importunação sexual.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E CONFIRA

Defensoria Responde

Já o quadro "Defensoria Responde" conta com a participação de defensoras e defensores públicos que esclarecem dúvidas da população sobre diversas áreas de atuação da DPE-PA. Por meio das redes sociais, esse projeto buscou intensificar a educação em direitos, a fim de garantir que os assistidos tivessem acesso a informações confiáveis e diretas sobre temas jurídicos do cotidiano.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O QR CODE E CONFIRA



UM CANAL DIRETO ENTRE A DEFENSORIA DO PARÁ E OS PARAENSES

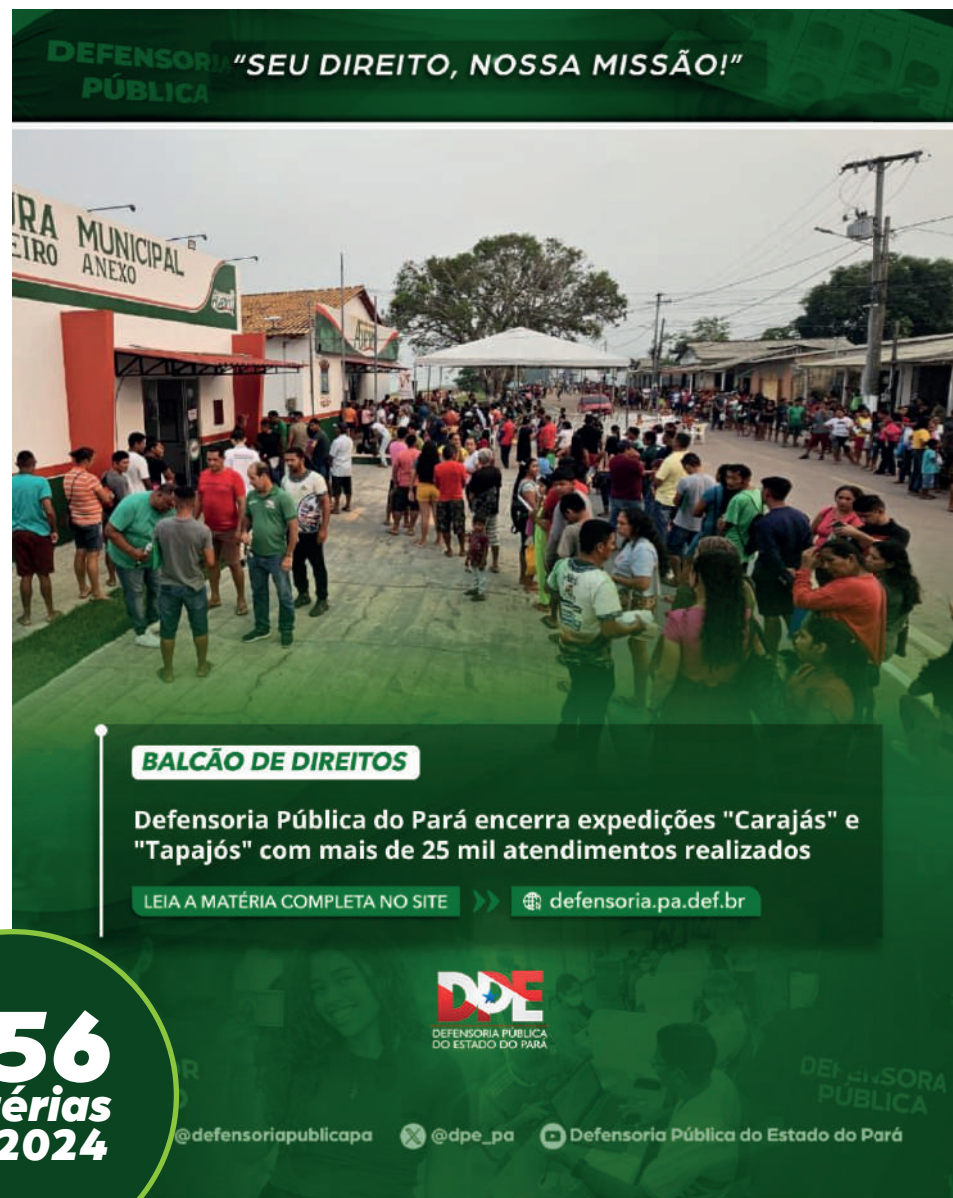


Acessos ao site de notícias

Em 2024, o site de notícias da DPE-PA registrou um expressivo número de acessos, com o alcance de 26.633 mil visualizações por mês, totalizando **mais de 300 mil acessos** apenas em 2024, segundo dados da Diretoria de Inovação e Transformação Tecnológica (Ditec). Esse resultado reflete a relevância das postagens realizadas, que desempenham um papel fundamental na garantia de transparência e no fortalecimento da relação entre a Defensoria e a sociedade.

Ao todo, neste ano, foram publicadas 356 matérias jornalísticas no portal, sobre eventos, projetos e iniciativas de impacto social, para assegurar que o público tenha acesso contínuo e atualizado às atividades da DPE-PA. Essa estratégia não apenas reforça o compromisso com a prestação de contas, mas também amplia a conscientização sobre os serviços oferecidos e os direitos da população.

356
matérias
em 2024



DEFENSORIA PÚBLICA "SEU DIREITO, NOSSA MISSÃO!"

BALCÃO DE DIREITOS

Defensoria Pública do Pará encerra expedições "Carajás" e "Tapajós" com mais de 25 mil atendimentos realizados

LEIA A MATÉRIA COMPLETA NO SITE >> defensoria.pa.def.br

DPE
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

@defensoriapublicapa @dpe_pa Defensoria Pública do Estado do Pará

Cerimonial

Além de sua atuação no âmbito da comunicação interna e externa, a Dicom também foi responsável pela organização e execução do cerimonial dos eventos institucionais da DPE-PA. Este trabalho inclui desde o planejamento e coordenação até a realização de solenidades, capacitações e eventos comemorativos, para garantir a execução com excelência e de modo alinhado à missão institucional em cada ocasião.

Entre dezembro e janeiro de 2024, foram realizados mais de 30 eventos, que incluem desde cerimônias de posse e formaturas até congressos, seminários, palestras e encontros institucionais. Entre eles, destacam-se o I Congresso da Defensoria Pública para o Meio Ambiente e a posse da nova defensora pública-geral, ambos eventos para um público de mais de 500 pessoas.

O Cerimonial realizou eventos memoráveis, como o Casamento Comunitário da Defensoria Pública do Pará, o “Elas por Todas Elas”, as posses de novos/as defensores/as e servidores/as, a Semana do Servidor Sangue Verde e a comemoração pelos 20 anos do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca). Em 2024, foram realizadas também 11 inaugurações de sedes da DPE.













**APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O
QR CODE E ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS**





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

*Seu direito,
nossa missão!*